

RELATÓRIO
E CONTAS

2013



LOGO®



Seguros LOGO, S.A.

Rua D. Manuel II, nº 290

4050 – 344 Porto / Portugal

Registo na Conservatória de Registo Comercial do Porto - NIPC: 508 278 600

www.logo.pt

ÍNDICE

04

ÓRGÃOS SOCIAIS

06

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

14

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

18

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL

20

MAPA DE VARIAÇÃO DE CAPITALS PRÓPRIOS

22

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

24

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

60

DIVULGAÇÃO DAS POLÍTICAS DE REMUNERAÇÃO

68

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO
E PARECER DO CONSELHO FISCAL

LOGO®



01

ÓRGÃOS SOCIAIS

LOGO®

01. ÓRGÃOS SOCIAIS



Assembleia-Geral

Presidente

Nuno Miguel Matos Silva Pires Pombo

Secretário

Gustavo Alexandre Dinis Gomes Ferreira

Conselho de Administração

Presidente

Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha

Vogais

Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso

António Miguel Natário Rio-Tinto

Miguel Maria Pitté Reis da Silveira Moreno

Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente



Conselho Fiscal

Presidente

Pedro Miguel Vicente Roseta Fino

Vogais

João de Faria Rodrigues

Maria Madalena França e Silva Quintanilha Mantas Moura

Vogal Suplente

José Silva Duque

Revisor Oficial de Contas

José Manuel Macedo Pereira

Suplente

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Amável Calhau,
Ribeiro da Cunha e Associados





02

RELATÓRIO DO CONSELHO
DE ADMINISTRAÇÃO

LOGO®

02. RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Nos termos da Lei e do Contrato de Sociedade, o Conselho de Administração tem a honra de submeter à apreciação de V.Exas o Relatório de Gestão e as respetivas Contas da Seguros LOGO, S.A. (adiante designada por LOGO ou Companhia) respeitantes ao exercício de 2013.

2.1 / Enquadramento Macroeconómico

O ano de 2013 ficou marcado por uma recuperação da atividade económica global, particularmente visível nas principais economias desenvolvidas, suportado por uma recuperação da atividade na Europa.

2.1.1 / Situação Económica Internacional

A economia dos Estados Unidos registou um crescimento de 1,9% em 2013, em desaceleração face ao ano anterior (2,8%), mas com um comportamento mais dinâmico no 2º semestre do ano. Os progressos nos balanços das famílias e empresas, a recuperação no mercado de trabalho, a subida dos preços das habitações e o bom desempenho do mercado acionista contribuíram para a recuperação da atividade económica na segunda metade do ano, com um maior dinamismo do consumo privado e do investimento.

A recuperação da atividade económica traduziu-se numa melhoria do mercado de trabalho, com a taxa de desemprego a recuar de 8,1% para 6,7% da população ativa. O défice público americano recuou de 9,3% para 6,5% do PIB, refletindo a contenção nos gastos públicos e a recuperação da atividade. Com a inflação em níveis reduzidos (próxima de 1,5%) e com a ausência de pressões inflacionistas, a Reserva Federal manteve, ao longo do ano, o programa de aquisição de ativos (*quantitative easing*) definido em 2012, ao ritmo mensal de 85 mil milhões de dólares, mantendo também a *target rate* dos *fed funds* no intervalo compreendido entre 0% e 0,25%.

Na Zona Euro, o ano de 2013 foi marcado por uma estabilização das condições financeiras e económicas, apesar da ocorrência de alguns fatores adversos, de que se destacaram a instabilidade política em Itália e a crise financeira de Chipre. A maior estabilidade das condições dos mercados financeiros resultou do forte recuo dos riscos sistémicos associados à crise da dívida soberana, bem como de uma melhoria progressiva das perspetivas de crescimento da atividade. Também os novos passos no sentido da consolidação da união bancária contribuíram para a melhoria da confiança.

No conjunto do ano, o PIB da Zona Euro registou ainda uma contração de 0,4%, explicada pelo recuo significativo da atividade no 1º trimestre. No entanto, o 2º trimestre foi já marcado por um crescimento positivo e por uma recuperação da atividade, que foi ganhando vigor até ao final do ano, devendo sublinhar-se a expansão do PIB de 0,5% no 4º trimestre. A taxa de desemprego manteve-se em níveis elevados, tendo subido, em termos médios, de 11,4% para 12,1% da população ativa.

Neste contexto, a inflação anual diminuiu de 2,5% em 2012 para 1,4% em 2013. Em maio, o BCE reduziu a principal taxa de juro de referência

em 25 pontos base, de 0,75% para 0,5%, e em novembro, face a uma expressiva desaceleração dos preços (com a taxa de inflação homóloga a descer para 0,7%), levou a cabo uma nova redução de 25 pontos base naquela taxa, para um mínimo de 0,25%. Para além destas decisões, o BCE prolongou até (pelo menos) meados de 2015 a provisão ilimitada de liquidez nas operações de refinanciamento. Por outro lado, implementou um inédito regime de *forward guidance* relativamente à política monetária, sinalizando a manutenção dos juros de referência em níveis baixos por um período de tempo prolongado. No entanto, a Euribor a 3 meses subiu 6 pontos base no 4º trimestre e 10 pontos base no ano, para 0,287%, refletindo sobretudo a redução da liquidez associada ao aumento de reembolsos dos LTROs por parte dos bancos. O EUR apreciou-se perto de 4,5% face ao USD, para EUR/USD 1,379.

A recuperação da atividade na Zona Euro foi extensível às economias da periferia, que regressaram igualmente a crescimentos positivos na segunda metade do ano, como é o caso de Espanha que, apesar de no conjunto de 2013 o PIB ter recuado 1,2%, revelou sinais progressivos de estabilização da atividade económica, com variações trimestrais de 0,1% e 0,3%, no 3º e 4º trimestres, respetivamente.

Nos EUA e na Europa, a recuperação do crescimento e da confiança no contexto de políticas monetárias expansionistas beneficiou particularmente o mercado acionista. Nos EUA, os índices S&P500 e NASDAQ registaram ganhos de 29,6% e 38,3%, respetivamente. Na Europa, o DAX, o CAC e o IBEX avançaram 25,5%, 18% e 21,4%, respetivamente. Com a recuperação da atividade e com a Reserva Federal americana a sinalizar uma atenuação do *quantitative easing*, as *yields* dos *Treasuries* e dos *Bunds* a 10 anos subiram, em 2013, de 1,758% para 3,029% e de 1,316% para 1,929%, respetivamente.

2.1.2 / Situação Económica Nacional

Em Portugal, o desempenho favorável das exportações e uma tendência de estabilização na procura interna traduziram-se numa recuperação da atividade a partir do 2º trimestre de 2013. O PIB registou uma queda anual de 1,4% em 2013, mas com variações trimestrais positivas a partir do 2º trimestre (1,1%, 0,3% e 0,5%) e com o regresso a crescimentos homólogos no 4º trimestre (1,6%, após 11 trimestres de contração). Esta evolução intra-anual da atividade económica coincidiu com uma melhoria gradual dos indicadores de confiança das famílias e empresas, com o Indicador de Sentimento Económico da Comissão Europeia a aproximar-se da respetiva média de longo prazo.

O crescimento da economia portuguesa manteve-se, no entanto, condicionado pelo processo de *deleveraging* em curso nos diferentes setores. No conjunto do ano, o consumo privado e a formação bruta de capital fixo registaram quedas em termos reais (-1,7% e -6,6%, respetivamente), ainda que significativamente menos intensas do que em 2012 e em recuperação na parte final do ano.

À evolução anual do consumo privado correspondeu um aumento da capacidade líquida de financiamento das famílias, para um valor próximo de 7,5% do PIB, suportado por uma subida da respetiva taxa de poupança, para um valor próximo de 13,5% do rendimento disponível. Por sua vez, as empresas voltaram a reduzir as respetivas necessidades líquidas de financiamento, para um valor

inferior a 2% do PIB, para o que terá contribuído uma nova redução do investimento.

Neste contexto, a economia registou uma perda de cerca de 120 mil empregos no conjunto do ano, sustentando a manutenção de uma taxa de desemprego elevada (16,3% da população ativa, em termos médios anuais, após 15,7% em 2012). A evolução do mercado de trabalho acompanhou, no entanto, o perfil intra-anual da atividade económica. A taxa de desemprego recuou de 17,7% para 15,3% da população ativa entre o 1º e o 4º trimestre de 2013, com esta descida suportada pela criação de perto de 130 mil empregos nos últimos três trimestres do ano, bem como por uma redução da população ativa (associada, em parte, a um elevado fluxo de emigração).

As exportações terão registado um crescimento real de 5,6% em 2013, com contributos positivos das mercadorias e dos serviços, destacando-se o aumento da capacidade produtiva e exportadora de combustíveis e a forte procura externa dirigida ao setor do turismo.

Em conjunto com o aumento da poupança interna, este resultado contribuiu para a obtenção de um excedente de 2,6% do PIB no saldo conjunto das balanças corrente e de capital. A recuperação da atividade e as medidas de consolidação orçamental contribuíram para uma redução do défice das Administrações Públicas (ajustado pelos critérios da *Troika*) para um valor em torno de 4,5%, abaixo da meta de 5,5% do PIB.

Portugal regressou aos mercados de capitais em dezembro de 2013 com uma operação de troca de dívida de 6,6 mil milhões de euros, a que se seguiram, no início de 2014, emissões sindicadas a 5 e 10 anos, num montante global de 6,25 mil milhões de euros. Após um máximo de 7,5% em julho, a *yield* das OTs a 10 anos fechou o ano em 6,13%, prolongando a tendência de descida no início de 2014, para valores inferiores a 5%. O PSI-20 valorizou-se cerca de 16% em 2013.

2.1.3 / Mercado Segurador

Em 2013 verificou-se um crescimento significativo do volume de prémios de seguro direto, resultado da expansão dos seguros Vida.

O conjunto da produção Vida e Não Vida ascendeu a 13 105 milhões de euros, 20,1% acima do valor de 2012 (mais 2 194 milhões de euros).

O ramo Vida foi o responsável por esta evolução positiva do mercado. Os prémios alcançaram os 9 247 milhões de euros, o que significa um crescimento de 33,5% em relação ao ano anterior. O acréscimo da procura pelos produtos de poupança das seguradoras foi determinante para a evolução positiva do segmento Vida, comprovando a especial atratividade do seu modelo de remuneração em conjunturas mais voláteis.

A larga maioria dos produtos de poupança comercializados pelas seguradoras oferece garantias de capital e rendimento aos investidores, o que é um elemento de segurança muito valorizado nestes contextos. Assim, os produtos de Capitalização registaram uma subida superior a 40,0% e as novas contribuições para PPR's atingiram 1 548 milhões de euros, mais 37,9% em relação a 2012.

No segmento Não Vida, o ano de 2013 foi de contenção, com quedas do volume de prémios na maior parte dos ramos. A conjuntura macroeconómica adversa condiciona a procura de seguros Não Vida e aumenta a pressão concorrencial do lado da oferta, com impacto nos preços.

O volume de prémios Não Vida atingiu 3 858 milhões de euros (-3,2% em relação ao ano anterior) com destaque para a queda acentuada na

produção do ramo Acidentes de Trabalho (-8,0%) e também no ramo Automóvel (-5,8%) justificada não só pela necessidade de redução de custos das famílias e empresas (com implicação no número e tipo de coberturas contratadas) mas também pela redução do prémio médio potenciada pela pressão concorrencial existente.

Por outro lado, destaque positivo para o ramo Saúde (+3,2%) que, tendo em conta as dificuldades conjunturais, demonstra o crescente interesse dos consumidores por este tipo de seguro. Também os ramos Multirrisco (+1,1%), em especial Habitação (+1,5%), continuaram a ver a sua produção aumentar, expressando uma crescente sensibilidade para a gestão dos riscos e para a proteção em tempos de incerteza.

O peso da atividade seguradora no PIB aumentou de 6,4% em 2012 para 7,7% em 2013. O segmento Vida representa 5,5% do PIB e o Não Vida representa 2,3% (4,1% e 2,3% em 2012, respetivamente).

De acordo com as contas provisórias do setor segurador, os resultados líquidos do exercício foram muito positivos. O total do setor apresentou resultados de 692 milhões de euros, um acréscimo de 28,0% em relação a 2012.

A recuperação dos mercados de capitais permitiu às seguradoras terminar o ano de 2013 com um crescimento dos lucros, com destaque para o ramo Vida. Uma prudente gestão dos investimentos e um ano de valorização dos ativos no mercado de capitais, foram fatores determinantes para esta evolução.

De notar que o resultado de 2013 foi fortemente influenciado por duas operações extraordinárias de cedência de carteira Vida que, em termos líquidos, contribuíram em cerca de 180 milhões de euros para o resultado do setor (240 milhões de euros foi o impacto semelhante verificado em 2012).

Os resultados técnicos Não Vida diminuíram cerca de 79% (de 92 milhões de euros em 2012 para 19 milhões de euros em 2013), devido sobretudo aos prejuízos provocados pelo temporal de janeiro de 2013.

O segmento direto do mercado continua a ser essencialmente constituído pelo ramo Automóvel, o que determinou o seu desempenho negativo, com um decréscimo no volume de prémios de todas as seguradoras que operam neste segmento e uma variação total de -3,2% no canal. Mesmo assim, esta variação negativa compara com a redução de -5,8% ocorrida no ramo Automóvel, contribuindo para que o segmento direto continue a aumentar a sua penetração, que é já superior a 6%, em termos de prémios, e superior a 10%, em termos de clientes, de acordo com dados do BASEF de seguros.

Em 2013, a LOGO ocupa o 3º lugar entre as seguradoras de canal direto, mantendo uma quota de mercado superior a 20% (20,6%, sendo que era de 21,4% em 2012), e próxima do 2º lugar.

2.2 / Factos Relevantes em 2013

Num contexto macroeconómico e concorrencial extremamente adverso, o exercício de 2013 fica marcado pela melhoria em mais de 17% do resultado líquido, função do enfoque colocado na rentabilização da operação.

Com efeito, a LOGO, fruto de uma estratégia clara, consistente e coerente, tem vindo a melhorar o seu desempenho a diversos níveis, aproximando-se cada vez mais do *break-even* da operação.

Assim, em 2013, continuou-se a assistir ao reforço do segundo lugar da LOGO enquanto seguradora direta em termos de “*Top of Mind*” e de

“Notoriedade Espontânea” (dados do BASEF de seguros), bem como à liderança enquanto marca “Mais Inovadora” e marca com que os clientes “Mais se identificam” (dados do BASEF de Seguros, no segmento seguros diretos, por ponto de quota).

Para este desempenho contribui certamente o lançamento da primeira oferta *triple-play* nos seguros diretos em Portugal. Trata-se de uma oferta totalmente inovadora e diferenciadora, juntando pela primeira vez uma oferta integrada para clientes particulares, que disponibiliza seguro automóvel, casa e saúde. Esta oferta bem sucedida, alcançando níveis de penetração em novos de mais de 20%, o que permitiu uma penetração do Casa e Saúde na carteira de quase 10% no final do ano de 2013.

Mais uma vez, a LOGO afirmou-se como líder pela diferenciação, fazendo mais em apenas 6 anos do que os incumbentes em mais de 15 anos.

Paralelamente, a LOGO aprofundou e consolidou o esforço de otimização da operação, sobretudo a nível do rácio de sinistralidade. Com efeito, a taxa de sinistralidade teve uma redução adicional de -6,9 p.p., assente na redução das frequências, mas, sobretudo, na redução dos custos médios com sinistros. Este esforço de redução foi conseguido maioritariamente através do uso intensivo da rede de oficinas convencionadas que, de acordo com *benchmarks* disponíveis, alcançou valores que constituem as melhores práticas no mercado nacional e mesmo internacional, ao mesmo tempo que aumentou a satisfação dos clientes pelo nível e rapidez do serviço prestado. Desta forma, a redução da taxa de sinistralidade desde 2010 foi de quase 30 p.p.

Por outro lado, também a nível dos custos operacionais foi prosseguido o esforço de contenção, tendo sido alcançada uma variação de -1,0% nos Custos e Gastos de Exploração Líquidos. De realçar que este resultado foi alcançado num contexto de forte aposta no lançamento de novas ofertas comerciais, como foi o caso do *triple play*.

Finalmente, em 2013 foi igualmente consolidada a aposta na qualidade e no nível de serviço prestado, o que permitiu, por exemplo, a certificação dos *call centers* da LOGO no mês de setembro.

Integrando o Grupo Espírito Santo (é detida a 100% pela Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A.), a LOGO insere-se na estratégia multi-especialista e multicanal de abordagem ao mercado que o Grupo tem vindo a seguir nos últimos anos.

A LOGO terminou o ano de 2013 com o capital social de 20 milhões de euros.

2.3 / Principais Variáveis e Indicadores de Atividade

(milhares de euros)

	2013	2012	VAR 13/12 %
Balanço			
Investimentos	14 270	17 199	-17,0%
Ativo líquido	26 532	29 439	-9,9%
Capital próprio	5 603	5 789	-3,2%
Ganhos e Perdas			
Prémios brutos emitidos	19 842	21 255	-6,6%
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro	11 179	11 934	-6,3%
Custos com sinistros brutos	13 291	16 116	-17,5%
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	8 372	9 413	-11,1%
Custos e gastos de exploração líquidos	6 538	6 607	-1,0%
Resultado da atividade financeira	892	750	18,9%
Resultado líquido	-2 481	-2 999	17,3%
Indicadores			
Taxa de sinistralidade (*)	65,7%	72,6%	-6,9 p.p.
Gastos de exploração líquidos / prémios brutos emitidos	33,0%	31,1%	1,90 p.p.
Resultado líquido / prémios brutos emitidos	-12,5%	-14,1%	1,60 p.p.
Rácio combinado bruto de resseguro	108,4%	110,6%	-2,20 p.p.
Rácio combinado líquido de resseguro	119,0%	118,5%	0,50 p.p.
Rácio de solvência	112,9%	103,5%	9,40 p.p.

* Taxa de sinistralidade = (custos com sinistros com custos imputados / prémios adquiridos).

2.4 / A Atividade da LOGO em 2013

2.4.1 / Prémios de Seguro Direto

O volume de prémios de seguro direto ascendeu a 19 842 milhares de euros em 2013, o que significa um decréscimo de 6,6% em relação a 2012 (i.e., diminuição da produção em 1 413 milhares de euros de prémios brutos emitidos), num mercado de canal direto que decresceu 3,2% em 2013.

O volume de prémios do ramo Automóvel foi fortemente influenciado pela conjuntura económica, que reduziu o rendimento das famílias, em especial no que diz respeito aos Danos Próprios. Em contraste, o ramo Multirrisco manteve a sua tendência de crescimento, com um aumento de 43,5% e, no ramo Saúde, o mais recente da Companhia, verificou-se um incremento de prémios na ordem dos 167,4%, tornando-se o 2º ramo mais relevante para a LOGO.

(milhares de euros)

Prémios Brutos Emitidos	2013	2012	VAR 13/12 %
Acidentes e Doença	353	132	167,4%
Saúde	353	132	167,4%
Incêndio e Danos	310	216	43,5%
Multirriscos	310	216	43,5%
Automóvel	16 581	18 244	-9 1%
Automóvel danos próprios	3 637	4 039	-10,0%
Automóvel RC	11 889	13 102	-9,3%
Automóvel ocupantes	1 055	1 103	-4,4%
Diversos	2 598	2 663	-2,4%
Assistência em viagem auto	2 598	2 663	-2,4%
Total	19 842	21 255	-6,6%

2.4.2 / Custos com Sinistros de Seguro Direto

Os custos com sinistros apresentaram uma variação homóloga de -2 825 milhares de euros (-17,5%), resultado das alterações na política de subscrição e ajustes nos *scorings*, do envelhecimento da carteira (incluindo a aplicação do princípio de não renovação por excesso de sinistralidade), da redução de custos médios e redução da frequência.

A taxa de sinistralidade, calculada através do rácio de custos com sinistros brutos/ prémios brutos adquiridos, situou-se em 65,7% (-6,9 p.p. do que em 2012).

(milhares de euros)

Custos com Sinistros	2013	2012	VAR 13/12 %
Acidentes e Doença	120	33	263,6%
Saúde	120	33	263,6%
Incêndio e Danos	192	221	-13,1%
Multiriscos	192	221	-13,1%
Automóvel	12 979	15 862	-18,2%
Automóvel danos próprios	2 866	3 968	-27,8%
Automóvel RC	10 005	11 769	-15,0%
Automóvel ocupantes	108	125	-13,6%
Total	13 291	16 116	-17,5%

2.4.3 / Variação das Provisões Técnicas de Seguro Direto

A variação das provisões técnicas de seguro direto foi de -444 milhares de euros, o que significa um volume inferior em 840 milhares de euros (65,4%) comparativamente ao realizado em 2012.

Este resultado é consequência de um menor decréscimo na variação das provisões para prémios não adquiridos e para riscos em curso.

(milhares de euros)

Variação das Provisões Técnicas	2013	2012	VAR 13/12 %
Provisão para prémios não adquiridos	-391	-937	58,3%
Custos aquisição diferidos	98	187	-47,6%
Provisão riscos em curso	-159	-534	70,2%
Provisão desvios sinistralidade	8	-	-
Total	-444	-1 284	65,4%

2.4.4 / Resseguro Cedido

Em 2013, o saldo de resseguro cedido foi negativo em 2 155 milhares de euros, o que representa uma quebra de 397 milhares de euros relativamente ao período homólogo.

(milhares de euros)

Resseguro Cedido	2013	2012	VAR 13/12 %
Acidentes e doença	-16	-4	-300,0%
Saúde	-16	-4	-300,0%
Incêndio e danos	-28	-17	-64,7%
Multiriscos	-28	-17	-64,7%
Automóvel	108	654	-83,5%
Automóvel danos próprios	17	203	-91,6%
Automóvel RC	366	787	-53,5%
Automóvel ocupantes	-275	-336	18,2%
Diversos	-2 219	-2 391	7,2%
Assistência em viagem auto	-2 219	-2 391	7,2%
Total	-2 155	-1 758	-22,6%

2.4.5 / Saldo Técnico Líquido de Resseguro

O saldo técnico líquido de resseguro foi positivo em 5 406 milhares de euros, em linha com o saldo obtido em 2012 (5 347 milhares de euros). O resultado obtido é fruto de uma substancial redução de custos com sinistros (-2 712 milhares de euros face ao período homólogo), apesar da diminuição da receita acumulada e da evolução negativa do saldo de resseguro.

2.4.6 / Custos e Gastos de Exploração

Os gastos de exploração líquidos, no montante de 6 538 milhares de euros, refletiram essencialmente os custos incorridos com publicidade e comunicação. Estas despesas de aquisição, relevantes para uma seguradora direta, continuam, no entanto, a apresentar um decréscimo, tendo reduzido 57 milhares de euros em relação a 2012.

No seu total, a rubrica de gastos de exploração exibe um valor inferior em 1,0% face a 2012 (-69 milhares de euros). Este comportamento é resultado do aumento de comissões recebidas (+183 milhares de euros) pelas participações nos resultados de resseguro cedido e redução dos custos de aquisição (-118 milhares de euros), apesar do aumento dos custos administrativos em 16,2%.

(milhares de euros)

Gastos de Exploração Líquidos	2013	2012	VAR 13/12 %
Custos de aquisição	6 850	6 968	-1,7%
Custos administrativos	1 668	1 436	16,2%
Comissões e participação nos resultados de resseguro	-1 980	-1 797	-10,2%
Total	6 538	6 607	-1,0%

2.4.7 / Investimentos

O comportamento dos mercados financeiros durante o ano de 2013, ficou marcado por um ambiente de maior propensão ao risco e de diminuição da volatilidade. As políticas monetárias expansionistas tiveram um contributo decisivo na performance dos mercados, principalmente nos ativos de maior risco.

O Banco Central Europeu reduziu a sua taxa de referência para um mínimo histórico de 0,25%, enquanto os Bancos de Inglaterra e do Japão

mantiveram os seus programas de compra de ativos. Por outro lado, nos EUA, a melhoria dos indicadores económicos levou a Reserva Federal a iniciar a redução do seu programa de compra de obrigações (*tapering*), tal como tinha assinalado previamente em meados do ano.

Estas condições favoráveis combinadas com a recuperação económica verificada ao longo do ano, permitiu que os principais índices acionistas norte-americanos atingissem máximos históricos. As *yields* dos *Treasuries* subiram, em 2013, de 1,76% para ligeiramente acima de 3%, movimento justificado em grande medida pelo *tapering* do FED.

Na zona euro, os índices acionistas também apresentaram valorizações significativas e os prémios de risco da dívida pública dos países da periferia contraíram-se significativamente. Irlanda e Espanha concluíram com sucesso os seus respetivos programas de ajuda financeira, contribuindo decisivamente para o fim da crise da dívida soberana. A perspetiva de uma liquidez menos acessível penalizou, em geral, os mercados emergentes.

Em Portugal, a melhoria dos indicadores de atividade ao longo de 2013, traduziu-se numa recuperação da atividade económica a partir do 2º trimestre do ano. Este desempenho resultou principalmente do dinamismo das exportações e da estabilização da procura interna, apesar do processo de consolidação orçamental ainda em curso. A evolução económica mais positiva a par com uma maior propensão a ativos de risco nos mercados financeiros, levaram à redução em 2013 dos prémios de risco associados à dívida soberana portuguesa. Portugal conseguiu regressar aos mercados de emissão de dívida e a *yield* das OT's a 10 anos fechou o ano em 6,13%, face aos perto de 7% verificados no final de 2012.

A LOGO mantendo uma posição de balanço predominantemente defensiva e diversificada, executou uma política de investimentos tática, o que permitiu obter um nível de retorno superior ao inicialmente estabelecido e ao do ano anterior.

Tendo por base o cenário macroeconómico, a política de investimentos privilegiou a exposição a dívida de taxa fixa *corporate*, com especial incidência em emittentes de países periféricos europeus (mas não exclusivamente), através de emissões que ofereciam boa relação entre o risco e rentabilidade.

Até meados de maio, sob a influência da promessa de Mario Draghi de “fazer tudo o que for necessário, para preservar o euro”, o apetite pelo risco dos investidores fez descer as taxas de juro. Neste período, a empresa teve maior apetência por obrigações de risco abaixo de *investment grade*, quer no mercado secundário, quer no mercado primário beneficiando do prémio adicional. De forma crescente, aumentou-se a duração média da carteira.

A exposição a dívida pública portuguesa aumentou, ligeiramente, até final de março. Após o chumbo do Tribunal Constitucional do Orçamento do Estado de 2013, repôs-se o patamar inicial de menor exposição a dívida pública portuguesa. Resumindo, em 2013 registou-se uma forte atividade com rotatividade das posições com intuito de garantir a realização de ganhos já atingidos potencialmente.

Em 22 de maio ocorreu o pré-anúncio da redução dos estímulos mensais da Reserva Federal. Esta mudança da política monetária, foi considerada o fator estrutural mais importante e gerou uma reação mundial global que se estendeu pelo verão. Perante a possibilidade de antecipação da redução de estímulos económicos, assistiu-se a um movimento de aversão a ativos de risco nos mercados financeiros. Neste período a empresa reduziu a sua exposição a obrigações de taxa fixa de maior duração, trocando-a por ativos com maturidades residuais mais curta, adotando uma postura tática e cautelosa.

O ano de 2013, foi um ano de forte volatilidade para os títulos de dívida portuguesa, com oscilações acentuadas para ambos os lados mas com um final promissor. No pico da turbulência a *yield* das OT's a 10 anos chegou a tocar nos 7,52%, a mais alta do ano. Por esta altura, verificava-se o desanuviar das tensões financeiras na Zona Euro. Nesta fase, reforçou-se o investimento em emissões de taxa fixa de maior duração, permitindo a captação de prémios de risco mais atrativos.

Nunca sendo o seu tipo de ativo preferencial, no final do ano a exposição a Obrigações do Tesouro era semelhante à do início do ano, apenas permanecendo em balanço posições em HTM. Na expectativa da continuação de baixos juros nas taxas interbancárias, a carteira de obrigações de taxa variável nunca teve expressão significativa.

Em todos os períodos foram mantidos níveis robustos de liquidez, quer através de depósitos a prazo quer através de outros ativos de maturidade curta ou de liquidificação rápida, como os fundos de investimento de tesouraria. Terminou-se o ano com cerca de 3 228 milhares de euros (+77,1%) em depósitos, cerca de 21,5% sob o total da carteira de investimentos, dispersos pelas principais instituições bancárias portuguesas.

Em virtude da instabilidade dos mercados financeiros, nos últimos anos, a LOGO no sentido de preservar os seus fundos, tem mantido uma exposição nula à classe acionista.

Como forma de proteção face a eventuais subidas de taxa de juro manteve-se a duração média das obrigações inferior a 4 anos. No final do ano, a carteira de obrigações apresentava um *rating* médio de *investment grade*, disperso setorialmente e por emittente. Não foi realizada qualquer operação envolvendo derivados, *hedge funds* ou produtos de características semelhante.

(milhares de euros)

Ativos Sob Gestão ⁽¹⁾	2013	2012	VAR 13/12 %
Obrigações	11 770	12 854	-8,4%
Taxa fixa	11 057	12 153	-9,0%
Taxa variável	713	701	1,7%
Liquidez	3 228	1 823	77,1%
Total	14 998	14 677	2,2%
Operações de reporte	0	2 077	-100,0%
Ativos a deter até à maturidade	1 552	2 019	-23,1%

(1) Valores apurados numa ótica de gestão. Inclui operações de reporte e passivos financeiros.

A carteira de investimentos apresenta um crescimento de 321 milhares de euros (+2,2%), face a 2012, decorrente do valor gerado *per se*, exclusivamente. Em 2013, foram libertados fundos da carteira de investimentos para a atividade operacional, apesar do reforço das Prestações Acessórias no valor de 2 250 milhares de euros, verificado durante o ano.

Durante o ano, a empresa procedeu à eliminação das operações de reporte e registou uma diminuição de investimentos a deter até à maturidade em cerca de 467 milhares de euros (-23,1%).

(milhares de euros)

Resultado da Atividade Financeira ⁽¹⁾	2013	2012	VAR 13/12 %
Rendimentos	476	560	-15,0%
Títulos	476	560	-15,0%
Ganhos e Perdas	416	190	118,9%
Títulos	416	190	118,9%
Total	892	750	18,9%

(1) Valores apurados numa ótica de gestão. Inclui custos e proveitos com operações de reporte financeiro.

Ao nível dos resultados financeiros, o ano de 2013, apresenta um crescimento homólogo de 142 milhares de euros (+18,9%). Este registo deve-se, fundamentalmente, ao *trade* efetuado com as obrigações de taxa fixa que geraram valias realizadas que duplicaram os valores obtidos em 2012 (+118,9%). Por outro lado, nos rendimentos gerados verificou-se uma diminuição dos valores (-15,0%), fruto da redução das taxas de remuneração de liquidez.

A rentabilidade dos ativos médios sobre o resultado financeiro situou-se nos 6,0% (2012: 5,4%). Se considerarmos a variação registada na Reserva de Justo Valor (+60 milhares de euros), a rentabilidade global é de 6,4% (2012: 12,8%).

2.4.8 / Capital Próprio e Margem de Solvência

Em 2013, os capitais próprios foram penalizados pelo resultado líquido do exercício de -2 481 milhares de euros.

A reserva de reavaliação, rubrica de ajustamentos no justo valor de ativos financeiros, apresentava no final do ano um valor de 37 milhares de euros (uma variação de +60 milhares de euros em relação a 2012).

Foi efetuado um reforço do capital próprio, através do aumento de prestações acessórias no montante de 2 250 milhares de euros.

Relativamente ao ano anterior, o capital próprio diminuiu em 186 milhares de euros, totalizando 5 603 milhares de euros em 2013. No entanto, a margem de solvência a 31 de dezembro de 2013 situou-se em 112,9% (103,5% em 2012).

(milhares de euros)

Capital Próprio	2013	2012	VAR 13/12 %
Capital social	20 000	20 000	0,0%
Outros instrumentos de capital	21 750	19 500	11,5%
Reservas de reavaliação	37	-23	260,9%
Reserva por impostos diferidos	-9	6	-250,0%
Resultados transitados	-33 694	-30 695	-9,8%
Resultado líquido	-2 481	-2 999	17,3%
Total	5 603	5 789	-3,2%

De referir que, os atuais níveis de capital da sociedade não dão cumprimento aos requisitos mínimos exigidos pelo Artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais, não obstante o nível de capital exigido para o exercício da atividade seguradora se encontrar ultrapassado pelos níveis do rácio de solvência mencionados.

2.4.9 / Gestão de Risco, Sistema de Controlo Interno e Compliance

Tendo subjacente o enquadramento facultado pela Diretiva 2009/138/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2009, relativa ao acesso à atividade de seguros e resseguros e ao seu exercício (Solvência II), o Grupo Tranquilidade, no qual a LOGO se insere, prosseguiu, no decorrer do ano 2013, o trabalho de adaptação ao novo regime de Solvência II, o qual irá implicar alterações substanciais no negócio de seguro.

Durante o ano de 2013, tomou-se conhecimento que o novo regime Solvência II irá entrar em vigor a partir de janeiro de 2016, estando previsto, durante o período de 2014 e 2015, a transposição de Diretivas que alteram a Diretiva inicial 2009/138/CE. Entretanto, foram publicadas pelo EIOPA, um conjunto de orientações relativas à fase de preparação do Solvência II. Estas orientações compreendem: Pré-pedido de modelos internos; Sistema de governo; Autoavaliação prospetiva dos riscos; Submissão de informação às autoridades de supervisão. A LOGO, após analisar as referidas orientações, definirá um plano de ação que permita o cumprimento e uma transição mais gradual para o novo regime.

No decurso do ano de 2013, foram desenvolvidas várias ações, das quais se destacam as seguintes:

- Participação ativa em grupos de trabalho do Instituto de Seguros de Portugal e da Associação Portuguesa de Seguradores sobre matérias referentes à evolução do projeto Solvência II;
- Participação no estudo de impacto quantitativo *Long term guarantees assessment* (LTGA);
- Maior sistematização nos procedimentos e cálculos do Modelo *Standard*;
- Sistematização e monitorização periódica do estado de implementação das recomendações delineadas e aprovadas no âmbito do sistema de controlo interno;
- Definição, formalização e monitorização de diversas políticas no âmbito do acompanhamento do Programa Solvência II.

Em matéria de Solvência II foi ainda efetuado o acompanhamento e monitorização das ações previstas no plano de implementação do programa de Solvência II (*Roadmap*) previamente definido.

2.5 / Proposta de Aplicação de Resultados

O resultado líquido da Companhia em 2013 foi negativo no montante de 2 481 470,25 euros que, nos termos da alínea b) do art.º 376º do Código das Sociedades Comerciais, se propõe que seja transferido para a conta de Resultados Transitados.

2.6 / Objetivos para 2014

O contexto macroeconómico continuará a marcar (e a condicionar) os objetivos para 2014, cujo enfoque principal continuará a ser a rentabilização da operação, com vista à obtenção do *break-even* já neste ano.

Neste contexto, em termos comerciais, os objetivos estarão centrados no reforço e consolidação do reconhecimento da oferta diversificada da LOGO, com vista a aumentar os níveis de *cross-selling* já alcançados em 2013 nas novas vendas e na carteira, aumentando ainda mais a penetração de outros produtos que não o Auto, e constituindo a primeira oferta *triple-play* nos seguros diretos. Ao mesmo tempo, será industrializado o programa de retenção, eixo prioritário e essencial à rentabilização da operação.

Por outro lado, 2014 marcará um novo marco a nível da eficiência. Com efeito, depois de consolidada a otimização realizada a nível dos custos médios de sinistros, será dado um novo enfoque na otimização dos custos de operação da LOGO.

Em 2014, é ainda objetivo da LOGO continuar e reforçar a sua liderança e diferenciação a nível tecnológico e de inovação, respondendo às necessidades existentes e latentes dos seus clientes. De entre os vários projetos em curso a esse nível, destaca-se o lançamento da *app myLOGO*, para *iOS* e *Android*, e a revisão total do site internet da empresa.

Depois da certificação dos *call centers* em 2013, 2014 continuará também marcado pela procura da elevação da qualidade de serviço.

Estes objetivos visam o cumprimento da missão da LOGO, i.e., (i) continuar a garantir a prestação de um serviço de excelência aos seus clientes, oferecendo-lhes uma proposta de valor baseada na simplicidade e facilidade, com poupança, e (ii) proporcionar aos acionistas um retorno de capital adequado.

2.7 / Considerações Finais

O Conselho de Administração deseja expressar o seu reconhecimento ao Acionista, face ao empenho e dedicação dos seus Colaboradores, bem como à imprescindível colaboração prestada pela Tranquilidade, no desenvolvimento da LOGO.

Registamos igualmente, com apreço, a ação do Conselho Fiscal e do Revisor Oficial de Contas, e agradecemos a colaboração prestada pelo Instituto de Seguros de Portugal e pela Associação Portuguesa de Seguradores em vários domínios nas suas áreas de competência.

Lisboa, 24 de fevereiro de 2014

O Conselho de Administração

Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha
(Presidente)

Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso
(Vogal do Conselho Administração)

António Miguel Natário Rio-Tinto
(Vogal do Conselho Administração)

Miguel Maria Pitté Reis da Silveira Moreno
(Vogal do Conselho Administração)

Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente
(Vogal do Conselho Administração)



03

DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS

LOGO®

03. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balanço (Ativo) de 31 de dezembro de 2013 e 2012

(milhares de euros)

ATIVO	Notas do Anexo	31 de Dezembro de 2013			31 de Dezembro de 2012
		Valor Bruto	Imparidade, Depreciações/ Amortizações ou Ajustamentos	Valor Líquido	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	8	961		961	603
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos					
Ativos financeiros detidos para negociação					
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas					
Derivados de cobertura					
Ativos disponíveis para venda	6	10 218		10 218	10 835
Empréstimos e Contas a Receber		2 500		2 500	4 345
Depósitos junto de empresas cedentes					
Outros depósitos	6	2 500		2 500	3 381
Empréstimos concedidos					
Contas a receber					
Outros	6				964
Investimentos a deter até à maturidade	6	1 552		1 552	2 019
Terrenos e Edifícios					
Terrenos e edifícios de uso próprio					
Terrenos e edifícios de rendimento					
Outros ativos tangíveis	10	334	-225	109	153
Inventários					
Goodwill					
Outros ativos intangíveis	12	3 802	-2 378	1 424	1 960
Provisões Técnicas de Resseguro Cedido		8 101		8 101	7 936
Provisão para prémios não adquiridos	4	2 462		2 462	2 521
Provisão para sinistros	4	5 639		5 639	5 415
Provisão para participação nos resultados					
Provisão para compromissos de taxa					
Provisão para estabilização de carteira					
Outras provisões técnicas					
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo					
Outros Devedores por Operações de Seguros e Outras Operações		1 550	-125	1 425	1 377
Contas a receber por operações de seguro direto	13	642	-125	517	744
Contas a receber por outras operações de resseguro	13	186		186	280
Contas a receber por outras operações	13	722		722	353
Ativos por Impostos		127		127	109
Ativos por impostos correntes	24	127		127	103
Ativos por impostos diferidos	24				6
Acréscimos e diferimentos	13	115		115	102
Outros elementos do ativo					
Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas					
Total Ativo		29 260	-2 728	26 532	29 439

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS
Rui Manuel Paulo Dias

O DIRETOR DE CONTABILIDADE
Pedro Manuel Borges Medalhas da Silva

O DIRETOR FINANCEIRO E ADMINISTRATIVO
Alexandre Miguel Varela Simões Lopes

O DIRETOR GERAL
José Pedro de Barros Inácio

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha
Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso
António Miguel Natário Rio-Tinto
Miguel Maria Pitté Reis da Silveira Moreno
Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente

Balanço (Passivo e Capital Próprio) de 31 de dezembro de 2013 e 2012

(milhares de euros)

PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas do Anexo	31 de Dezembro de 2013	31 de Dezembro de 2012
Passivo			
Provisões Técnicas		18 596	18 753
Provisão para prémios não adquiridos	4	5 398	5 691
Provisão para Sinistros		11 465	11 178
De vida			
De acidentes de trabalho			
De outros ramos	4	11 465	11 178
Provisão para participação nos resultados			
Provisão para compromissos de taxa			
Provisão para estabilização de carteira			
Provisão para desvios de sinistralidade	4	8	
Provisão para riscos em curso	4	1 725	1 884
Outras provisões técnicas			
Outros Passivos Financeiros			3 041
Derivados de cobertura			
Passivos subordinados			
Depósitos recebidos de resseguradores			
Outros	5		3 041
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo			
Outros Credores por Operações de Seguros e Outras Operações		830	676
Contas a pagar por operações de seguro direto	13	23	30
Contas a pagar por outras operações de resseguro	13	386	317
Contas a pagar por outras operações	13	421	329
Passivos por Impostos		375	437
Passivos por impostos correntes	24	366	437
Passivos por impostos diferidos	24	9	
Acréscimos e diferimentos	13	1 128	743
Outras provisões			
Outros passivos			
Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda			
Total Passivo		20 929	23 650
Capital Próprio			
Capital	25	20 000	20 000
(Ações próprias)			
Outros instrumentos de capital	25	21 750	19 500
Reservas de Reavaliação		37	-23
Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros	26	37	-23
Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio			
Por revalorização de ativos intangíveis			
Por revalorização de outros ativos tangíveis			
Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa			
Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira			
De diferenças de câmbio			
Reserva por impostos diferidos	26	-9	6
Outras reservas			
Resultados transitados		-33 694	-30 695
Resultado do exercício		-2 481	-2 999
Total Capital Próprio		5 603	5 789
Total Passivo e Capital Próprio		26 532	29 439

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS
Rui Manuel Paulo Dias

O DIRETOR DE CONTABILIDADE
Pedro Manuel Borges Medalhas da Silva

O DIRETOR FINANCEIRO E ADMINISTRATIVO
Alexandre Miguel Varela Simões Lopes

O DIRETOR GERAL
José Pedro de Barros Inácio

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha
Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso
António Miguel Natário Rio-Tinto
Miguel Maria Pitté Reis da Silveira Moreno
Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente

Ganhos e Perdas de 31 de dezembro de 2013 e de 2012

(milhares de euros)

CONTA DE GANHOS E PERDAS	Notas do Anexo	31 de Dezembro de 2013			31 de Dezembro de 2012
		Técnica Não-Vida	Não Técnica	Total	
Prémios Adquiridos Líquidos de Resseguro		11 179		11 179	11 934
Prémios brutos emitidos	14	19 842		19 842	21 255
Prémios de resseguro cedido	14	- 8 995		-8 995	-9 532
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	4 e 14	391		391	937
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	4 e 14	-59		-59	-726
Custos com Sinistros, Líquidos de Resseguro	4	8 372		8 372	9 413
Montantes pagos		8 357		8 357	9 900
Montantes brutos		13 052		13 052	16 238
Parte dos resseguradores		- 4 695		- 4 695	- 6 338
Provisão para sinistros (variação)		15		15	- 487
Montante bruto		239		239	- 122
Parte dos resseguradores		- 224		- 224	- 365
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	4	-151		-151	-534
Provisão Matemática do Ramo Vida, Líquida de Resseguro					
Montante bruto					
Parte dos resseguradores					
Participação nos resultados, líquida de resseguro					
Custos e gastos de exploração líquidos	21	6 538		6 538	6 607
Custos de aquisição		6 752		6 752	6 781
Custos de aquisição diferidos (variação)	4	98		98	187
Gastos administrativos		1 668		1 668	1 436
Comissões e participação nos resultados de resseguro		- 1 980		- 1 980	- 1 797
Rendimentos	16	496		496	589
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		496		496	589
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas					
Outros					
Gastos Financeiros	16	33		33	40
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas					
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas					
Outros		33		33	40
Ganhos Líquidos de Ativos e Passivos Financeiros Não Valorizados ao Justo Valor Através Ganhos e Perdas	17	416		416	190
De ativos disponíveis para venda		416		416	190
De empréstimos e contas a receber					
De investimentos a deter até à maturidade					
De passivos financeiros valorizados a custo amortizado					
De outros					
Ganhos Líquidos de Ativos e Passivos Financeiros Valorizados ao Justo Valor Através Ganhos e Perdas					
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros detidos para negociação					
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas					
Diferenças de câmbio					
Ganhos líquidos pela venda de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas					
Perdas de Imparidade (Líquidas Reversão)			23	23	- 3
De ativos disponíveis para venda					
De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado					
De investimentos a deter até à maturidade					
De outros	13		23	23	- 3
Outros rendimentos/ gastos técnicos, líquidos de resseguro	20	- 97		- 97	-184
Outras provisões (variação)					
Outros rendimentos/ gastos	20		304	304	10
Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas					
Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial					
Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda					
Resultado Líquido Antes de Impostos		- 2 798	327	- 2 471	- 2 990
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	24		- 10	- 10	- 9
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos					
Resultado Líquido do Exercício		- 2 798	317	- 2 481	- 2 999
Resultado por Ação (em euros)				-0,62	-0,75



04

DEMONSTRAÇÃO
DO RENDIMENTO INTEGRAL

LOGO®

04. DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL

Demonstração do Rendimento Integral de 31 de dezembro de 2013 e de 2012

(milhares de euros)

	2013	2012
Itens que Poderão Vir a Ser Reclassificados para a Demonstração de Resultados	45	769
Variação de justo valor dos ativos disponíveis para venda, filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	60	1 047
Variação dos impostos correntes e diferidos	-15	-278
Itens que Não Irão Ser Reclassificados para a Demonstração de Resultados	-	-
Ganhos e perdas atuariais reconhecidas	-	-
Variação dos impostos correntes e diferidos	-	-
Outro Rendimento Integral do Exercício Depois de Impostos	45	769
Resultado Líquido do Exercício	-2 481	-2 999
Total do Rendimento Integral do Exercício	-2 436	-2 230



05

MAPA DE VARIAÇÃO
DE CAPITAIS PRÓPRIOS

LOGO®

05. MAPA DE VARIAÇÃO DE CAPITALS PRÓPRIOS

Mapa de Variação de Capitais Próprios de 31 de dezembro de 2013 e de 2012

(milhares de euros)

	Capital Social	Outros Instrumentos de Capital	Reservas de Reavaliação	Reserva por Impostos Diferidos	Outras Reservas		Resultados Transitados	Resultado do Exercício	Total
					Reserva Legal	Outras Reservas			
		Prestações Suplementares	Por Ajustamentos no Justo Valor de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda						
Balanco a 1 de Janeiro 2012	20 000	17 500	-1 070	284	0	0	-26 395	-4 300	6 019
Aumentos/reduções de capital		2 000							2 000
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda			1 047						1 047
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos				-278					-278
Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas							-4 300	4 300	0
Total das Variações do Capital Próprio	0	2 000	1 047	-278	0	0	-4 300	4 300	2 769
Resultado líquido do período								-2 999	-2 999
Balanco a 31 de Dezembro 2012	20 000	19 500	-23	6	0	0	-30 695	-2 999	5 789
Aumentos/ reduções de capital		2 250							2 250
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda			60						60
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos				-15					-15
Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas							-2 999	2 999	0
Total das Variações do Capital Próprio	0	2 250	60	-15	0	0	-2 999	2 999	2 295
Resultado líquido do período								-2 481	-2 481
Balanco a 31 de Dezembro 2013	20 000	21 750	37	-9	0	0	-33 694	-2 481	5 603



06

DEMONSTRAÇÃO
DE FLUXOS DE CAIXA

LOGO®

06. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Demonstração de Fluxos de Caixa de 31 de dezembro de 2013 e de 2012

(milhares de euros)

	2013	2012
Fluxos de Caixa de Atividades Operacionais	-3 665	-889
Resultado Líquido do exercício	-2 481	-2 999
Depreciações e amortizações do exercício	772	767
Varição das provisões técnicas de seguro direto	-157	-1 311
Varição das provisões técnicas de resseguro cedido	-165	361
Varição de empréstimos e contas a receber	964	1 014
Varição de devedores por operações de seguro direto, de resseguro e outros	-48	917
Varição de outros ativos e passivos por impostos	-80	193
Varição de outros ativos e passivos	-2 624	947
Varição de credores por operações de seguro direto, de resseguro e outros	154	-778
Fluxos de Caixa de Atividades de Investimento	1 773	-1 185
Varição nos ativos financeiros disponíveis para venda	29	-1 173
Juros	588	580
Varição nos ativos a deter até à maturidade	467	450
Varição em outros depósitos	881	-675
Aquisições de ativos tangíveis e intangíveis	-192	-367
Fluxos de Caixa de Atividades de Financiamento	2 250	2 000
Distribuição de dividendos	-	-
Subscrição de capital/ prestações acessórias	2 250	2 250
Varição Líquida em Caixa e Seus Equivalentes e Depósitos à Ordem	358	-74
Caixa e equivalentes no início do período	603	677
Caixa e equivalentes no fim do período	961	603



07

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS

LOGO®

07. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Anexo às Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2013 e de 2012

Nota 1 / Informações Gerais

A Seguros LOGO, S.A. (adiante designada por LOGO ou Companhia) foi constituída em finais de 2007, é detida a 100% pela Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A., e iniciou a atividade em 1 de janeiro de 2008, tendo o lançamento comercial da operação sido efetuado a 14 de janeiro do mesmo ano.

A Companhia tem sede social na Rua D. Manuel II, 290, no Porto, estando registada com o NIPC 508278600 e matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Porto sob o mesmo número.

Exerce a atividade de seguros em Portugal sob a supervisão do Instituto de Seguros de Portugal (ISP) e mediante a autorização n.º 1175, de novembro de 2007.

Desde o lançamento, em janeiro de 2008, que a LOGO comercializa o ramo Automóvel, sendo que em dezembro de 2009 iniciou a comercialização do ramo Multirrisco. Em abril de 2012 passou igualmente a comercializar o ramo Saúde.

A LOGO tem como objetivo explorar o segmento de canais diretos (telefone e internet), atuando no mercado sem qualquer tipo de intermediários, através de uma proposta de valor assente na simplicidade, rapidez e inovação.

As Notas incluídas no presente anexo respeitam a ordem estabelecida no Plano de Contas para as Empresas de Seguros, sendo de referir que os números que não são indicados, não têm aplicação por inexistência de valores ou situações a reportar, ou não são relevantes.

Nota 2 / Informação por Segmentos

Até ao momento, a LOGO explora os ramos de seguro Automóvel, Multirrisco e Saúde, para os quais foi autorizada pelo ISP, e as suas políticas e regras de subscrição visam obter o máximo benefício da segmentação das tarifas dos vários produtos, para particulares, e utilizar todas as fontes de informação disponíveis para avaliação da qualidade dos riscos físicos, financeiros e morais.

Os segmentos operacionais objeto de relato são os das linhas de negócio para os quais a Companhia tem ao dispor dos seus clientes produtos e soluções, e estão, naturalmente, relacionados com o segmento Automóvel, Multirrisco e Saúde.

A LOGO optou por ter produtos pré-definidos, que vão de encontro às necessidades dos clientes alvo identificados, simplificando fortemente o processo de escolha, disponibilizando neste momento quatro produtos para Automóveis (LOGO *Light*, LOGO *Topping*, LOGO *Safe* e LOGO *Max*), um produto para Motociclos (LOGO *Moto*), um produto para Multirrisco, com possibilidade de proteção do imóvel e/ ou recheio (LOGO *Casa*), e ainda um produto para Saúde, que inclui 6 módulos totalmente independentes entre si (LOGO *Saúde*).

A análise das principais rubricas das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e 2012, segmentada pelas linhas de negócio mais relevantes é como segue:

(milhares de euros)

2013	Total Não Vida	Doença	IOD	Automóvel	Diversos
Rubricas de Ganhos e Perdas					
Prémios brutos emitidos	19 842	353	310	16 581	2 598
Prémios de resseguro cedido	-8 995	-16	-28	-6 743	-2 208
Prémios brutos adquiridos	20 233	300	268	17 054	2 611
Resultado dos investimentos	879	9	19	806	45
Custos com sinistros brutos	13 291	120	192	12 979	-
Custos de exploração brutos	8 518	11	134	7 493	880
Resultado técnico	-2 798	166	-77	-2 400	-487
Rubricas de Balanço					
Ativos afetos à representação das provisões técnicas	24 490	252	526	22 450	1 262
Provisões técnicas	18 596	191	399	17 047	959

(milhares de euros)

2012	Total Não Vida	Doença	IOD	Automóvel	Diversos
Rubricas de Ganhos e Perdas					
Prémios brutos emitidos	21 255	132	216	18 244	2 663
Prémios de resseguro cedido	-9 532	-4	-17	-7 248	-2 263
Prémios brutos adquiridos	22 192	82	188	19 169	2 753
Resultado dos investimentos	739	3	14	685	37
Custos com sinistros brutos	16 116	33	221	15 862	-
Custos de exploração brutos	8 404	697	99	6 857	751
Resultado técnico	-2 997	-655	-244	-1 785	-313
Rubricas de Balanço					
Ativos afetos à representação das provisões técnicas	24 171	94	460	22 417	1 200
Provisões técnicas	18 753	73	357	17 392	931

Nota 3 / Base de Preparação das Demonstrações Financeiras e das Políticas Contabilísticas

Bases de Apresentação

As demonstrações financeiras da LOGO agora apresentadas, reportam-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e foram preparadas de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros ("PCES 07"), emitido pelo ISP e aprovado pela Norma Regulamentar n.º 4/2007-R, de 27 de abril, e subseqüentes alterações descritas na Norma n.º 20/2007-R de 31 de dezembro e n.º 22/2010-R de 16 de dezembro, e ainda de acordo com as normas relativas à contabilização das operações das empresas de seguros estabelecidas pelo ISP.

Este novo Plano de Contas introduziu os *International Financial Accounting Standards* (IFRS) em vigor tal como adotados na União Europeia, exceto os critérios de mensuração dos passivos resultantes dos contratos de seguro definidos no IFRS 4 - Contratos de Seguro. Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC), e pelos respetivos órgãos antecessores.

Em 2013, a LOGO adotou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram a 1 de janeiro de 2013. Essas normas apresentam-se discriminadas na Nota 37. De acordo com as disposições transitórias dessas normas e interpretações, são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

Adicionalmente, e tal como descrito na Nota 37, a LOGO adotou, na preparação das demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2013, as normas contabilísticas emitidas pelo IASB e as interpretações do IFRIC de aplicação obrigatória desde 1 de janeiro de 2013.

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas mas que ainda não entraram em vigor e que a LOGO ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras podem também ser analisadas na Nota 37.

As políticas contabilísticas abaixo descritas foram aplicadas de forma consistente para os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de euros, arredondado ao milhar mais próximo, e estão preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente ativos financeiros disponíveis para venda. Os restantes ativos e passivos financeiros, bem como ativos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com o Novo Plano de Contas para as Empresas de Seguros requer que a Companhia efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos.

Estas estimativas e pressupostos são baseados na informação disponível mais recente, servindo de suporte para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é suportada por outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 24 de fevereiro de 2014.

Principais Princípios Contabilísticos e Critérios Valorimétricos Adotados

Ativos financeiros

Classificação

A Companhia classifica os seus ativos financeiros no início de cada transação considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- Ativos financeiros disponíveis para venda, que inclui:
 - Os ativos financeiros não derivados em que existe intenção de manter por tempo indeterminado;

- Os ativos financeiros que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial;
- Os ativos financeiros que não se enquadrem nas categorias restantes.
- Empréstimos concedidos e contas a receber, que inclui os valores a receber relacionados com operações de seguro direto, resseguro cedido e transações relacionadas com contratos de seguro e outras transações.
- Ativos financeiros detidos até à maturidade, que inclui ativos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis e maturidade fixa, para os quais a Companhia tem a intenção e capacidade de manter até à maturidade e que não foram designados para nenhuma outra categoria de ativos financeiros. Qualquer reclassificação ou venda de ativos financeiros reconhecidos nesta categoria que não seja realizada próxima da maturidade, obrigará a Companhia a reclassificar integralmente esta carteira para ativos financeiros disponíveis para venda e a Companhia ficará durante dois anos impossibilitada de classificar qualquer ativo financeiro nesta categoria.

Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

Aquisições e alienações de ativos financeiros disponíveis para venda, são reconhecidos na data da negociação (*trade date*), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o ativo.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação.

Estes ativos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa, ou (ii) a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

Os ativos financeiros a deter até à maturidade são reconhecidos ao seu justo valor no momento inicial do seu reconhecimento e mensurados subsequentemente ao custo amortizado. O juro é calculado através do método da taxa de juro efetiva.

Mensuração subsequente

Os investimentos disponíveis para venda são registados ao justo valor sendo as respetivas variações reconhecidas em reservas, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados.

As variações cambiais associadas a estes investimentos são reconhecidas também em reservas, no caso de ações, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efetiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração dos resultados.

O justo valor dos ativos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (*bid-price*). Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os empréstimos concedidos e contas a receber, são posteriormente valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

Transferências entre categorias

Em outubro de 2008 o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 - Reclassificação de instrumentos financeiros (*Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures*).

Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira de ativos financeiros ao justo valor através de resultados para as carteiras de ativos financeiros disponíveis para venda, Empréstimos e contas a receber ou para ativos financeiros detidos até à maturidade, desde que esses ativos financeiros obedeçam às características de cada categoria.

Adicionalmente, as transferências de ativos financeiros reconhecidas na categoria de Ativos financeiros disponíveis para venda para as categorias de Crédito a clientes - Crédito titulado e Ativos financeiros detidos até à maturidade são permitidas, em determinadas circunstâncias específicas.

A Companhia adotou esta possibilidade para um conjunto de ativos financeiros, conforme descrito na Nota 6.

Imparidade

A Companhia avalia regularmente se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os ativos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos representativos de capital, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

De acordo com as políticas da Companhia, 30% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de 1 ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo de custo de aquisição.

Quando existe evidência de imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor atual, deduzida de qualquer perda de imparidade no ativo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados.

Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objetivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade, exceto no que se refere a ações ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

Ativos cedidos com acordo de recompra

Os títulos vendidos com acordo de recompra (*repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de venda acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são desreconhecidos do balanço. O correspondente passivo é contabilizado em valores a pagar a outras instituições de crédito ou a clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de venda e o valor de recompra é tratada como juro e é diferida durante a vida do acordo, através do método da taxa efetiva.

Os títulos comprados com acordo de revenda (*reverse repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de compra acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são reconhecidos no balanço, sendo o valor de compra registado como empréstimos a outras instituições de crédito ou clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de compra e o valor de revenda é tratada como juro e é diferida durante a vida do acordo, através do método da taxa efetiva.

Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem, empréstimos, credores por operações de seguro direto e resseguro e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos, e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva.

Operações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados, exceto quando classificadas como coberturas de fluxos de caixa ou coberturas de um investimento líquido, em que as variações cambiais resultantes são reconhecidas em reservas.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

Ativos tangíveis

Os ativos tangíveis da Companhia encontram-se valorizados ao custo deduzido das respetivas amortizações acumuladas e perdas de imparidade.

Os custos subsequentes com os ativos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. As amortizações dos ativos

tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de amortização que refletem a vida útil esperada dos bens:

Tipo de Ativos	Número de Anos
Equipamento informático	3
Mobiliário e material	8
Instalações interiores	5 a 10
Máquinas e ferramentas	5 a 8
Outro equipamento	10

A vida útil esperada dos bens é revista em cada data de balanço e ajustada, se apropriado, de acordo com o padrão esperado de consumo dos benefícios económicos futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Ativos intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Companhia necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos, normalmente 3 anos.

Os custos diretamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas pela Companhia, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos, a qual não excede na sua maioria os 5 anos.

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

Locações

A Companhia classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações.

São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Nas locações operacionais os pagamentos efetuados pela Companhia à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

Resseguro

Os contratos de resseguro são revistos de forma a determinar se as respetivas disposições contratuais pressupõem a transferência de um risco de seguro significativo. Os contratos de resseguro que não pressuponham a transferência de risco de seguro significativo são contabilizados utilizando o método do depósito e registados em empréstimos como ativos ou passivos financeiros relacionados com a atividade de resseguro. Os montantes recebidos ou pagos ao abrigo destes contratos são contabilizados como depósitos utilizando o método da taxa de juro efetiva.

No decurso da sua atividade, a LOGO cede negócio. Os valores a receber ou a pagar relacionados com a atividade de resseguro, incluem saldos a receber ou a pagar de empresas de seguro e de resseguro, de acordo com as disposições contratuais previamente definidas nos respetivos tratados de resseguro cedido.

Benefícios aos empregados

Bónus

As remunerações variáveis dos colaboradores são contabilizadas como custo do exercício a que respeitam.

Responsabilidade por férias e subsídio de férias

Incluída na rubrica de Acréscimos e Diferimentos do passivo, corresponde a cerca de 2 meses de remunerações e respetivos encargos, baseada nos valores do respetivo exercício, e destina-se a reconhecer as responsabilidades legais existentes no final de cada exercício perante os empregados pelos serviços prestados até aquela data, a regularizar posteriormente.

Outros benefícios

Em 23 de dezembro de 2011, foi aprovado um novo Contrato Coletivo de Trabalho dos Seguros que veio alterar um conjunto de benefícios anteriormente definidos.

Das alterações decorrentes do novo Contrato Coletivo de Trabalho, são de salientar as seguintes que têm impacto nas demonstrações financeiras da LOGO: (i) compensação de 55% do salário base mensal pago em 2012 e (ii) prémio de permanência equivalente a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos na Companhia.

Prémio de permanência

O prémio de permanência equivale a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos na Companhia.

O prêmio de permanência é determinado utilizando a mesma metodologia e pressupostos dos benefícios pós-emprego.

Os desvios atuariais determinados são registados por contrapartida de resultados quando incorridos.

Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios.

Os impostos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de ativos financeiros disponíveis para venda e ao justo valor por via de resultados são reconhecidos nas rubricas específicas de ganhos e perdas.

O cálculo do custo amortizado é efetuado utilizando o método da taxa efetiva, sendo o seu impacto registado em rendimentos de investimento.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

Dividendos recebidos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando recebidos.

Resultados por ação

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o resultado líquido da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias emitidas.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes já reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Ajustamentos de recibos por cobrar e de créditos de cobrança duvidosa

Os montantes destes ajustamentos são calculados com base no valor dos prémios por cobrar e nas dívidas de cobrança duvidosa, segundo a aplicação dos critérios estabelecidos pelo ISP.

Reporte por segmentos operacionais

A Companhia determina e apresenta segmentos operacionais baseados na informação de gestão produzida internamente.

Um segmento operacional de negócio é uma componente identificável da Companhia que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, dentro de um ambiente económico específico e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis de outros, que operem em ambientes económicos diferentes.

A Companhia controla a sua atividade através dos segmentos operacionais principais referidos na Nota 2.

Principais Estimativas e Julgamentos Utilizados na Elaboração das Demonstrações Financeiras

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado.

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Companhia são analisadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados da Companhia e a sua divulgação.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Companhia poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido.

O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma

adequada a posição financeira da Companhia e das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

As alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda

A Companhia determina que existe imparidade nos seus ativos disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento.

De acordo com as políticas da Companhia, 30% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de 1 ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo de custo de aquisição, para instrumentos de capital e eventos que alterem os *cash flows* futuros estimados para títulos de dívida.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Da utilização de metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Companhia.

Impostos sobre os lucros

A determinação dos impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Companhia durante um período de quatro anos.

Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Companhia, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

Provisões técnicas

As provisões técnicas incluindo provisões para sinistros correspondem às responsabilidades futuras decorrentes dos contratos.

Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada de valores de mercado. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação.

As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro incluem (i) provisão para prémios não adquiridos, (ii) provisão para riscos em curso, e (iii) provisão para sinistros reportados e não reportados, incluindo as despesas de regularização respetivas.

Quando existem sinistros provocados por ou contra os tomadores de seguro, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pela Companhia é reconhecido como perda nos resultados.

A Companhia estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro. Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro, a Companhia avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias atuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respetivas.

As provisões são revistas periodicamente por atuários qualificados. A Companhia regista provisões para sinistros do ramo Não Vida para cobrir a estimativa do custo último dos sinistros reportados e não reportados no final de cada data de balanço.

As provisões para sinistros não representam um cálculo exato do valor da responsabilidade, mas sim uma estimativa resultante da aplicação de técnicas de avaliação atuariais. Estas provisões estimadas correspondem à expectativa da Companhia de qual será o custo último de regularização dos sinistros, baseado numa avaliação de factos e circunstâncias conhecidas nessa data, numa revisão dos padrões históricos de regularização, numa estimativa das tendências em termos de frequência da sinistralidade, teorias sobre responsabilidade e outros fatores.

Variáveis na determinação da estimativa das provisões podem ser afetadas por eventos internos e/ ou externos nomeadamente alterações nos processos de gestão de sinistros, inflação e alterações legais. Muitos destes eventos não são diretamente quantificáveis, particularmente numa base prospetiva.

Adicionalmente, poderá existir uma diferença temporal significativa entre o momento da ocorrência do evento seguro (sinistro) e o momento em que este evento é reportado a Companhia. As provisões são revistas regularmente e através de um processo contínuo à medida que informação adicional é recebida e as responsabilidades vão sendo liquidadas.

Nota 4 / Natureza e Extensão das Rubricas e dos Riscos Resultantes de Contratos de Seguro e Ativos de Resseguro

Prestação de Informação que Permita Identificar e Explicar as Quantias Indicadas nas Demonstrações Financeiras Resultantes de Contratos de Seguro

Políticas contabilísticas adotadas relativamente a contratos de seguro

A Companhia emite contratos que incluem risco seguro. Existe um contrato de seguro quando uma das partes aceita risco significativo de outra parte (tomador de seguro) e acorda compensá-la se um evento futuro específico e incerto a afetar adversamente. A mensuração dos contratos de seguro é feita de acordo com os princípios seguintes:

Reconhecimento de custos e proveitos

Os custos e os proveitos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização do exercício.

Prémios

Os prémios brutos emitidos de seguro direto, de resseguro aceite e de resseguro cedido são registados respetivamente como proveitos e custos, no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

A análise quantitativa dos prémios de seguro direto e de resseguro cedido é abordada na Nota 14.

Provisão para prémios não adquiridos

A Provisão para Prémios não Adquiridos é baseada na avaliação dos prémios emitidos até ao final do exercício, mas com vigência após essa data.

A Companhia, de acordo com a Norma n.º 19/94-R e 3/96-R do ISP, calculou esta provisão contrato a contrato, recibo a recibo, mediante a aplicação do método *pro-rata temporis* a partir dos prémios brutos emitidos deduzidos dos respetivos custos de aquisição, relativos a contratos em vigor.

Custos de aquisição

Os custos de aquisição que estão direta ou indiretamente relacionados com a venda de contratos, são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos. Os custos de aquisição diferidos estão sujeitos a testes de recuperabilidade no momento da emissão dos contratos e sujeitos a testes de imparidade à data de balanço.

Os custos de aquisição diferidos são amortizados ao longo do período em que os prémios associados a esses contratos vão sendo adquiridos. De acordo com a Norma n.º 19/94-R e 3/96-R do ISP, o diferimento destes custos está limitado a 20% da provisão para prémios não adquiridos.

Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde aos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, à responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR) e aos custos diretos e indiretos associados à sua regularização no final do exercício.

Esta provisão é determinada a partir da análise dos sinistros pendentes no final de cada exercício e da consequente estimativa da responsabilidade existente nessa data, e por uma análise atuarial tendo em conta as características específicas do negócio, de forma a fazer face à responsabilidade com sinistros participados após o fecho do exercício.

Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante estimado para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos, dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor e dos prémios que se renovam em janeiro do ano seguinte.

De acordo com o estipulado pelo ISP, o montante da provisão para riscos em curso a constituir deverá ser igual ao produto da soma dos prémios brutos emitidos imputáveis ao(s) exercício(s) seguinte(s) (prémios não adquiridos) e dos prémios exigíveis ainda não processados relativos a contratos em vigor, por um rácio que tem por base o somatório dos rácios de sinistralidade, despesas e cedência ao qual é deduzido o rácio de investimentos.

Provisões para o resseguro cedido

As provisões para o resseguro cedido são determinadas aplicando os critérios acima descritos para o seguro direto. Relativamente à Provisão para Sinistros deve, consoante o resseguro provenha do seguro direto ou do resseguro aceite, ser calculada em conformidade com o previsto no normativo em vigor.

Variações de provisões técnicas de seguro direto e de resseguro

A provisão para prémios não adquiridos (PPNA) de seguro direto e resseguro aceite refletida no passivo líquida dos custos de aquisição diferidos (CAD) é analisada como segue:

(milhares de euros)

Balanço	2013			2012		
	PPNA Bruta	CAD	PPNA Líquida	PPNA Bruta	CAD	PPNA Líquida
Ramos/ Grupos de Ramos						
Acidentes e doença	103	-	103	50	10	40
Incêndio e outros danos	174	35	139	132	26	106
Automóvel	5 525	1 106	4 419	5 998	1 200	4 798
Marítimo, aéreo e transportes	-	-	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-	-	-
Crédito e caução	-	-	-	-	-	-
Proteção jurídica	-	-	-	-	-	-
Assistência	921	184	737	934	187	747
Diversos	-	-	-	-	-	-
Total	6 723	1 325	5 398	7 114	1 423	5 691

A variação da provisão prémios não adquiridos (PPNA) de seguro direto e resseguro aceite é refletida na conta de ganhos e perdas pelo seu valor bruto dentro do grupo de prémios adquiridos e o valor de custos de aquisição diferidos (CAD) no grupo de custos e gastos de exploração, e pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

Ganhos e Perdas	2013			2012		
	PPNA Bruta	CAD	PPNA Líquida	PPNA Bruta	CAD	PPNA Líquida
Ramos/ Grupos de Ramos						
Acidentes e doença	53	-10	63	50	10	40
Incêndio e outros danos	42	9	33	28	5	23
Automóvel	-473	-94	-379	-925	-184	-741
Marítimo, aéreo e transportes	-	-	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-	-	-
Crédito e caução	-	-	-	-	-	-
Proteção jurídica	-	-	-	-	-	-
Assistência	-13	-3	-10	-90	-18	-72
Diversos	-	-	-	-	-	-
Total	-391	-98	-293	-937	-187	-750

A provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido refletida no ativo e a respetiva variação anual na conta de ganhos e perdas é analisada como segue:

(milhares de euros)

Ramos/ Grupos de Ramos	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2013	2012	2013	2012
Acidentes e doença	-	-	-	-
Incêndio e outros danos	-	-	-	-
Automóvel	1 679	1 727	-48	-598
Marítimo, aéreo e transportes	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-
Crédito e caução	-	-	-	-
Proteção jurídica	-	-	-	-
Assistência	783	794	-11	-128
Diversos	-	-	-	-
Total	2 462	2 521	-59	-726

A provisão para sinistros de seguro direto e resseguro aceite refletida no passivo e a respetiva variação anual na conta de ganhos e perdas é analisada como segue:

(milhares de euros)

Ramos/ Grupos de Ramos	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2013	2012	2013	2012
Acidentes de trabalho	-	-	-	-
Acidentes pessoais e doença	88	27	61	27
Incêndio e outros danos	146	144	2	91
Automóvel	11 231	11 007	176	-240
Marítimo, aéreo e transportes	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-
Crédito e caução	-	-	-	-
Proteção jurídica	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-
Total	11 465	11 178	239	-122

O saldo da provisão para sinistros inclui uma provisão estimada no montante de 1 080 milhares de euros (2012: 1 300 milhares de euros) relativo a sinistros ocorridos antes de 31 de dezembro de 2013 e ainda não reportados (IBNR) e inclui ainda uma estimativa no montante de 379 milhares de euros (2012: 548 milhares de euros) para encargos de gestão relativos à regularização dos sinistros pendentes declarados.

O desenvolvimento da provisão para sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos, é analisado como segue:

(milhares de euros)

Ramos/ Grupos de Ramos	Provisão para Sinistros em 31.12.2012 (1)	Sinistros* Pagos em 2013 (2)	Provisão para Sinistros* em 31.12.2013 (3)	Reajustamentos (3) + (2) - (1)
Acidentes e doença	27	12	5	-10
Incêndio e outros danos	144	53	34	-57
Automóvel				
- Responsabilidade civil	9 186	3 977	4 992	-217
- Outras coberturas	1 821	818	727	-276
Marítimo, aéreo e transportes	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-
Crédito e caução	-	-	-	-
Proteção jurídica	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-
Total	11 178	4 860	5 758	-560

* Sinistros ocorridos no ano 2012 e anteriores.

No ramo Automóvel os reajustamentos resultam da gestão corrente da função gestão de sinistros, não sendo significativos face ao montante global da provisão para sinistros constituída.

A provisão para sinistros de resseguro cedido refletida no ativo e a respetiva variação anual na conta de ganhos e perdas é analisada como segue:

(milhares de euros)

Ramos/ Grupos de Ramos	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2013	2012	2013	2012
Acidentes de trabalho	-	-	-	-
Acidentes pessoais e doença	-	-	-	-
Incêndio e outros danos	-	-	-	-
Automóvel	5 639	5 415	224	365
Marítimo, aéreo e transportes	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-
Crédito e caução	-	-	-	-
Proteção jurídica	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-
Total	5 639	5 415	224	365

O saldo da provisão para sinistros de resseguro cedido inclui uma provisão estimada no montante de 1 166 milhares de euros (2012: 1 123 milhares de euros) relativo a sinistros ocorridos antes de 31 de dezembro de 2013 e ainda não reportados (IBNR).

A discriminação dos custos com sinistros 2013 é analisada como segue:

(milhares de euros)

Ramos/ Grupos de Ramos	Montantes Pagos - Prestações (1)	Montantes Pagos - Custos de Gestão de Sinistros Imputados (2)	Variação da Provisão para Sinistros (3)	Custos com Sinistros (4) = (1) + (2) + (3)
Acidentes e doença	59	-	61	120
Incêndio e outros danos	169	21	2	192
Automóvel				
- Responsabilidade civil	9 275	424	306	10 005
- Outras coberturas	2 982	122	-130	2 974
Marítimo, aéreo e transportes	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-
Crédito e caução	-	-	-	-
Proteção jurídica	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-
Total	12 485	567	239	13 291
Resseguro aceite	-	-	-	-
Total Geral	12 485	567	239	13 291

A provisão para desvios de sinistralidade refletida no passivo e a respetiva variação anual na conta de ganhos e perdas são analisadas como segue:

(milhares de euros)

Ramos/ Grupos de Ramos	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2013	2012	2013	2012
Acidentes e doença	-	-	-	-
Incêndio e outros danos	8	-	8	-
Automóvel	-	-	-	-
Marítimo, aéreo e transportes	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-
Crédito e caução	-	-	-	-
Proteção jurídica	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-
Total	8	-	8	-

A provisão para riscos em curso refletida no passivo e a respetiva variação anual na conta de ganhos e perdas são analisadas como segue:

A discriminação dos custos com sinistros 2012 é analisada como segue:

(milhares de euros)

Ramos/ Grupos de Ramos	Montantes Pagos - Prestações (1)	Montantes Pagos - Custos de Gestão de Sinistros Imputados (2)	Variação da Provisão para Sinistros (3)	Custos com Sinistros (4) = (1) + (2) + (3)
Acidentes e doença	6	-	27	33
Incêndio e outros danos	118	12	91	221
Automóvel				
- Responsabilidade civil	11 287	510	-28	11 769
- Outras coberturas	4 146	159	-212	4 093
Marítimo, aéreo e transportes	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-
Crédito e caução	-	-	-	-
Proteção jurídica	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-
Total	15 557	681	-122	16 116
Resseguro aceite	-	-	-	-
Total Geral	15 557	681	-122	16 116

(milhares de euros)

Ramos/ Grupos de Ramos	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2013	2012	2013	2012
Acidentes e doença	-	6	-6	6
Incêndio e outros danos	106	107	-1	105
Automóvel	1 397	1 587	-190	-596
Marítimo, aéreo e transportes	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-
Crédito e caução	-	-	-	-
Proteção jurídica	-	-	-	-
Assistência	222	184	38	-49
Diversos	-	-	-	-
Total	1 725	1 884	-159	-534

Os valores de outras provisões técnicas líquidas de resseguro expressas na conta de ganhos e perdas correspondem à soma da variação expressa acima nos quadros de provisão para desvios de sinistralidade de seguro direto e de provisão para riscos em curso de seguro direto.

Natureza e Extensão dos Riscos Específicos de Seguros

O risco específico de seguros corresponde ao risco inerente à comercialização de contratos de seguros, desenho de produtos e respetiva tarifação, ao processo de subscrição e de provisionamento das responsabilidades e à gestão dos sinistros e do resseguro. Nos seguros do ramo Não-Vida, o risco pode ser subdividido em Risco de Prémios, Risco de Reservas e Risco Catastrófico.

Os processos de subscrição, provisionamento e resseguro encontram-se devidamente documentados no que respeita às principais atividades, riscos e controlos no relatório de política de risco.

Em termos sucintos, os mecanismos de controlo de maior relevância são:

- Delegação de Competências definida formalmente para os diferentes processos;
- Segregação de funções entre as áreas que procedem à análise de risco, que elaboram tarifários, que emitem pareceres técnicos e que procedem à emissão das apólices;
- Acesso limitado às diferentes aplicações de acordo com o respetivo perfil de utilizador;
- Digitalização da documentação nos processos de emissão e na gestão de sinistros;
- Procedimentos de conferências casuísticas, relatórios de exceção e auditorias;
- Política de recrutamento e formação adequada às responsabilidades e complexidade técnica das diferentes funções.

O nível de provisões é acompanhado mensalmente, com principal enfoque nas provisões para sinistros sobre as quais são efetuadas análises regulares sobre a suficiência das mesmas.

Os eventuais ajustamentos resultantes de alterações nas estimativas das provisões são refletidos nos resultados correntes de exploração. No entanto, devido ao facto da constituição das provisões para sinistros ser um processo necessariamente incerto, não pode haver garantias de que as perdas efetivas não sejam superiores às estimadas, estando este risco coberto pelo capital suplementar de solvência.

A evolução da provisão para sinistros de seguro direto com custos de gestão, bruto de resseguro e líquido de reembolsos, comparando os custos efetivos com estimativas anteriores é como segue:

(milhares de euros)

	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Provisão para sinistros com custos de gestão, bruto de resseguro e líquido de reembolsos	1 723	4 172	8 246	11 135	11 013	11 253
Pagamentos acumulados						
Um ano depois	1 004	3 192	5 025	6 585	4 926	
Dois anos depois	1 074	3 500	6 117	7 822		
Três anos depois	1 084	3 852	6 669			
Quatro anos depois	1 098	4 106				
Cinco anos depois	1 275					
Estimativa final de custos com sinistros						
Um ano depois	1 629	4 963	9 901	10 657	10 714	
Dois anos depois	1 842	5 295	9 042	10 755		
Três anos depois	2 001	4 970	8 842			
Quatro anos depois	1 856	5 021				
Cinco anos depois	1 910					
Excedente/ (défice) acumulado	-187	-849	-596	380	299	

A LOGO pratica uma política de resseguro cedido baseada em tratados proporcionais e não proporcionais. O programa de resseguro em 2013, foi constituído para o ramo de Automóvel por um tratado em Quota-parte e por três tratados em Excedente de Perdas, para o ramo de Assistência e Saúde por um tratado em Quota-parte e para o ramo Multirrisco por quatro tratados em Excedente de Perdas, conforme o quadro seguinte:

Ramo	Tipo de Resseguro
Automóvel (responsabilidade civil e ocupantes)	Excesso de perdas (XL)
Automóvel (danos próprios)	Excesso de perdas (XL)
Automóvel (responsabilidade civil, danos próprios e ocupantes)	Excesso de perdas (XL)
Automóvel (responsabilidade civil, danos próprios e ocupantes)	Quota parte
Assistência	Quota parte
Saúde (assistência)	Quota parte
Multirrisco (cobertura catástrofes naturais)	Excesso de perdas (XL)
Multirrisco	Excesso de perdas (XL)
Multirrisco	Excesso de perdas (XL)
Multirrisco (cobertura agregada)	Excesso de perdas (XL)

A análise de sensibilidade do risco de seguros, tendo em atenção as suas principais condicionantes, é como segue:

(milhares de euros)

Área de Análise	Cenários	Impacto no Resultado Antes de Impostos	
		2013	2012
Custos com sinistros	Aumento de 10% nos custos com sinistros do exercício, líquidos de resseguro	-1 222	-1 521
Despesas	Aumento de 10% nos custos de exploração, líquidos de resseguro	-978	-927

O risco de variações no nível de custos com sinistros e de despesas gerais deriva da influência que é exercida nestas rubricas seja por razões de maior ocorrência de factos geradores de custo, inflação ou menor eficiência interna.

Natureza e Extensão do Risco de Mercado, Risco de Crédito, Risco de Liquidez e Risco Operacional

Risco de mercado

O risco de mercado está normalmente associado ao risco de perda ou à ocorrência de alterações adversas na situação financeira da Companhia e resulta do nível ou da volatilidade dos preços de mercado dos instrumentos financeiros, estando também fortemente relacionado com o risco de *mismatching* entre ativos e passivos.

Neste, incluem-se ainda os riscos associados ao uso de instrumentos financeiros derivados, bem como o risco cambial, o risco de ações, o risco imobiliário, o risco de taxa de juro, o risco de *spread* e o risco de concentração.

A gestão do risco de mercado é integrada no âmbito da Política Financeira, nas regras de afetação de ativos por classe e tipo de emitente, através da estrutura do Comité Financeiro. As políticas de investimento adotadas pela LOGO, devidamente formalizadas em documento próprio, pautam-se por prudentes níveis de aceitação de risco e diversificação de carteira, atendendo à evolução dos mercados financeiros.

Com a introdução do Comité de Gestão de Risco Global foram criados grupos de trabalho de riscos económicos e financeiros que têm como principais atribuições:

- Orientar a introdução de modelos de gestão de risco integrados, bem como modelos de capital económico, aprovados pelo Conselho de Administração;
- Validar, numa perspetiva técnica, a modelação dos riscos técnicos e dos riscos financeiros, a serem elaborados pela Direção de Risco Global e Controlo Interno e aprovados pelo Conselho de Administração;
- Desenvolver indicadores de tolerância com base nos modelos e monitorizar as variações dos indicadores;
- Desenvolver mecanismos de controlo de riscos considerando o apetite ao risco e as respetivas tolerâncias definidos pelo Conselho de Administração;
- Definir estratégias integradas de mitigação de risco, numa lógica de adequação de ativos e passivos para análise em sede de Comité de Gestão de Risco Global.

O Comité de Gestão de Risco Global tem como principais responsabilidades, analisar e verificar a conformidade das decisões tomadas pela Companhia com a estratégia e as políticas estabelecidas para a gestão do risco, sistema de controlo interno e *compliance*. Neste âmbito são também monitorizados os diversos riscos a que a Companhia se encontra sujeita e propostos planos de ação para mitigação dos mesmos ao Conselho de Administração, quando tal se justificar.

Para este efeito, importa ainda salientar que a Política de Investimentos em vigor na Companhia é definida pelo Comité Financeiro, em articulação com os limites definidos no Comité de Gestão de Risco Global, existindo desta forma uma efetiva segregação de competências nesta matéria.

Risco cambial

O risco cambial é originado pela volatilidade das taxas de câmbio face ao Euro, pelo que dadas as características da carteira da LOGO, não existe exposição a este risco.

Risco de ações

O risco de ações decorre da volatilidade dos preços de mercado das ações e pretende medir apenas o risco sistemático, dado que o não sistemático é considerado no risco de concentração. Dadas as características da carteira da LOGO, não existe exposição a este risco.

Risco imobiliário

O risco imobiliário é originado pela volatilidade dos preços do mercado imobiliário, porém dado que a LOGO não detém quaisquer imóveis como sua propriedade, não existe exposição a este risco.

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro verifica-se em relação a todos os ativos cujo valor seja sensível a alterações da estrutura temporal ou da volatilidade das taxas de juro. Em termos de exposição ao risco, encontra-se sobretudo nos títulos de rendimento fixo.

(milhares de euros)

Cenários	Impacto nas Reservas de Justo Valor Antes de Imposto	
	2013	2012
Descida de 100 b.p. na curva de taxa de juro - efeito nos ativos	314	442
Subida de 100 b.p. na curva de taxa de juro - efeito nos ativos	-299	-419

(milhares de euros)

Cenários	Impacto nas Reservas de Justo Valor Antes de Imposto	
	2013	2012
Descida de 100 b.p. na curva de taxa de juro - efeito nos passivos	-	-29
Subida de 100 b.p. na curva de taxa de juro - efeito nos passivos	-	29

Risco de spread

O risco de *spread* reflete a volatilidade dos *spreads* de crédito ao longo da curva de taxas de juro sem risco.

(milhares de euros)

Rating	2013		2012	
	%	Valor	%	Valor
AAA	4%	500	4%	499
AA	0%	-	0%	-
A	2%	203	7%	915
BBB	31%	3 654	30%	3 863
BB	54%	6 393	51%	6 578
B	0%	-	8%	999
CCC	0%	-	0%	-
Unrated	9%	1 020	0%	-
Total	100%	11 770	100%	12 854

Estes valores não incluem depósitos, *repos* e *reverse repos* por se entenderem fora do âmbito de análise para o risco em causa.

Risco de concentração

O risco de concentração refere-se à volatilidade adicional existente em carteiras muito concentradas e às perdas parciais ou permanentes pelo incumprimento do emissor. A sua distribuição por setores de atividade, é analisada como segue:

(milhares de euros)

Setor de Atividade	2013			2012		
	%	Valor Bruto	Imparidade	%	Valor Bruto	Imparidade
Recursos básicos	0%	-	-	0%	-	-
Comunicações	0%	-	-	13%	1 621	-
Bens consumíveis (cíclico)	4%	519	-	4%	500	-
Bens consumíveis (não-cíclico)	6%	703	-	5%	633	-
Energia	12%	1 423	-	2%	261	-
Financeiro	33%	3 923	-	33%	4 294	-
Fundos	0%	-	-	0%	-	-
Dívida pública	35%	4 092	-	28%	3 538	-
Industrial	0%	-	-	4%	535	-
Medicina	0%	-	-	0%	-	-
Tecnologia	0%	-	-	0%	-	-
Serviços públicos/ coletivos	3%	409	-	11%	1 472	-
Outros	6%	701	-	0%	-	-
Total	100%	11 770		100%	12 854	

Estes valores não incluem depósitos, *repos* e *reverse repos* por se entenderem fora do âmbito de análise para o risco em causa.

Risco de liquidez

O risco de liquidez advém da possibilidade da Companhia não deter ativos com liquidez suficiente para fazer face aos requisitos de fluxos monetários necessários ao cumprimento das obrigações para com os tomadores de seguros e outros credores à medida que elas se vençam.

A análise de maturidade dos ativos e passivos financeiros, em 31 de dezembro de 2013 e 2012, é como segue:

(milhares de euros)

2013						Total
	< 1 Mês	1-3 Meses	3-12 Meses	1-5 Anos	> 5 Anos	
Ativos financeiros	3 777	475	2 657	7 412	2 335	16 656
Passivos financeiros	23	807	-	-	-	830
Líquido	3 754	-332	2 657	7 412	2 335	15 826

(milhares de euros)

2012						Total
	< 1 Mês	1-3 Meses	3-12 Meses	1-5 Anos	> 5 Anos	
Ativos financeiros	2 592	2 066	3 597	7 556	3 368	19 179
Passivos financeiros	30	646	3 041	-	-	3 717
Líquido	2 562	1 420	556	7 556	3 368	15 462

Risco de crédito

O risco de crédito corresponde às perdas possíveis por incumprimento ou deterioração nos níveis de crédito das contrapartes que se encontrem a mitigar o risco existente, como os contratos de resseguro ou derivados, montantes a receber provenientes de mediadores, assim como outras exposições ao crédito que não tenham sido considerados no risco de *spread*.

Como procedimento de controlo é sistematicamente monitorizada a evolução dos montantes e a antiguidade dos prémios em dívida.

Na seleção dos resseguradores e dos emitentes de valores mobiliários são tidos em consideração os *ratings* e efetuada periodicamente a evolução dos mesmos ao longo do ano.

Risco operacional e risco reputacional

Corresponde ao risco de perdas relevantes resultantes da inadequação ou falhas em processos, pessoas ou sistemas, ou eventos externos, no âmbito da atividade diária da Companhia, podendo subdividir-se nas seguintes categorias:

- Má conduta profissional intencional (fraude interna);
- Atividades ilícitas efetuadas por terceiros (fraude externa);
- Práticas relacionadas com os recursos humanos e com a segurança no trabalho;
- Clientes, produtos e práticas comerciais;
- Eventos externos que causem danos nos ativos físicos;
- Interrupção da atividade e falhas nos sistemas;
- Riscos relacionados com os processos de negócio.

Como principais medidas de mitigação existentes na LOGO face aos riscos atrás identificados, destacamos os seguintes:

- Existência de Código de Conduta;
- Existência de normativos internos e manuais de procedimentos;
- Implementação de políticas e procedimentos de prevenção da fraude interna e externa;
- Implementação de medidas relacionadas com a segurança no acesso às instalações;
- Implementação de medidas relacionadas com a segurança no acesso às bases de dados e aos sistemas de informação;
- Definição e implementação de política de gestão de recursos humanos;
- Existência de programas de treino e formação que abranjam a reciclagem de conhecimentos;
- Formação e treino dos Colaboradores que interagem diretamente com os Clientes;
- Implementação e documentação de um plano de recuperação em caso de catástrofe e realização periódica de testes e simulações ao respetivo plano;
- Implementação e documentação de um plano de continuidade de negócio, bem como de procedimentos que permitam a recuperação das atividades e funções de negócio críticas, incluindo as desempenhadas por entidades subcontratadas.

Adicionalmente, também integrado no âmbito do risco operacional, encontra-se o risco legal. O conceito de risco legal engloba, entre outros, a exposição a coimas ou outras penalidades que resultem de ações de supervisão, assim como outro tipo de compensações.

Como principais medidas implementadas na LOGO para mitigação do risco legal, para além de algumas já atrás referenciadas, destacamos as seguintes:

- Existência/ formalização de diversas políticas transversais a toda Companhia, em matéria de prevenção da fraude, recursos humanos, *outsourcing*, subscrição ou gestão de sinistros, nas quais o risco legal é especificamente abordado;
- Existência de procedimentos formais para monitorização do cumprimento de diversos prazos legais a que a LOGO se encontra sujeita.

Num âmbito mais específico, destaca-se ainda a existência de procedimentos formais no âmbito do processo da gestão de sinistros, nomeadamente na regularização dos mesmos, de forma a garantir o cumprimento do enquadramento legal em vigor.

No que concerne ao risco reputacional, o mesmo é definido como o risco de a empresa de seguros incorrer em perdas resultantes da deterioração da sua reputação ou posição no mercado devido a uma perceção negativa da sua imagem entre os clientes, contrapartes, acionistas ou autoridades de supervisão, assim como do público em geral.

Por norma, o risco reputacional pode resultar de situações tais como:

- Eventuais falhas por parte de entidades prestadoras de serviços;
- Falhas ou dificuldades ocorridas durante o processo de gestão de sinistros, podendo originar a deterioração da relação entre a empresa de seguros e os tomadores de seguro, beneficiários ou terceiros lesados;
- Falhas associadas ao processo de subscrição, com impacto na relação com os Clientes em todo o ciclo de negócio existente.

Neste sentido, das principais medidas que a LOGO apresenta para fazer face ao risco reputacional, destacam-se as seguintes:

- Existência de código de conduta implementado e divulgado;
- Existência de procedimentos formais no âmbito da gestão de reclamações;
- Existência de base de dados de contratos de maior valor celebrados com entidades externas.

Sistema de controlo interno

O Sistema de Controlo Interno pode ser definido como um conjunto de atividades de controlo que visam o cumprimento das políticas e procedimentos definidos na Companhia. Como tal, o Sistema de Controlo Interno representa a implementação de atividades de controlo para os riscos de não cumprimento das políticas e procedimentos definidos, nomeadamente ao nível das operações e *compliance*.

Neste sentido, os riscos associados ao Sistema de Controlo Interno enquadram-se nos riscos operacionais apresentados no Sistema de Gestão de Risco, embora com um grau de granularidade superior.

A metodologia de abordagem ao Sistema de Controlo Interno adotada compreende as seguintes fases:

- Identificação das unidades de negócio e dos processos relevantes, considerando o risco associado;
- Documentação dos processos significativos onde se incluem os objetivos, as principais atividades, riscos e controlos associados;
- Avaliação do desenho dos controlos e identificação das oportunidades de melhoria associadas. Estas melhorias podem consubstanciar o reforço dos controlos existentes ou a implementação de novos controlos;

- Realização de testes de efetividade sobre os controlos identificados, confirmação das deficiências existentes e elaboração de um plano de correções;
- Preparação do Relatório de Política de Risco.

A estrutura organizativa, ou modelo de governo, que suporta o desenvolvimento do sistema de gestão de riscos e de controlo interno da Companhia assenta no modelo das três linhas de defesa:

- Um primeiro nível representado pelas diferentes Direções da Tranquilidade (Unidades Operacionais), as quais assumem a função de áreas responsáveis pela operacionalização de gestão de riscos e respetivos controlos;
- Um segundo nível representado pela Direção de Risco Global e Controlo Interno que detém uma função de supervisão, tendo como principais responsabilidades a sistematização das normas, políticas e monitorização do sistema de gestão de risco, controlo interno e *compliance*;
- Um terceiro nível representado pela Direção Auditoria Interna e a Auditoria Externa, às quais cabe uma função de auditoria independente no âmbito do sistema de controlo interno, tendo como principal objetivo providenciar a garantia da efetividade dos controlos.

No contexto do Sistema de Controlo Interno foram definidos os responsáveis dos processos, que têm como principal função assegurar que aquele sistema apresente um nível de robustez suficiente que permita minimizar a ocorrência das perdas financeiras diretas ou indiretas.

O Sistema de Controlo Interno na LOGO encontra-se devidamente formalizado no Relatório de Política de Risco, definido no âmbito da Norma do ISP nº 14/2005-R, de 29 de novembro, evidenciando, entre outras, as rubricas seguintes:

- Processos;
- Responsáveis e interlocutores dos processos;
- Principais atividades;
- Riscos: probabilidade de ocorrência, impacto estimado e nível de exposição risco;
- Controlos;
- Avaliação dos controlos;
- Recomendações.

Adicionalmente, a LOGO dispõe de um registo de perdas operacionais, centralizada na Direção de Risco Global e Controlo Interno, na qual são registadas as perdas mais relevantes detetadas, permitindo desta forma a existência de mais uma forma de monitorização do risco operacional e a possibilidade de serem tomadas medidas corretivas ou definidos novos controlos que evitem ou reduzam a probabilidade de ocorrência de novos incidentes similares no futuro.

Solvência

A LOGO monitoriza a solvência de acordo com a Norma Regulamentar nº 6/2007-R, de 27 de abril, do ISP e o cálculo da respetiva margem apresenta os seguintes componentes:

(milhares de euros)

	2013	2012
Elementos Constitutivos do Fundo de Garantia	4 179	3 829
Margem de Solvência a Constituir	3 700	3 700
Resultado na ótica dos prémios	2 147	2 282
Resultado na ótica dos sinistros	2 544	2 624
Resultado limite do n.º 8 do artigo 97.º	3 700	3 700
Fundo de garantia mínimo legal	3 700	3 700
Excesso/ Insuficiência da Margem de Solvência	479	129
Taxa de Cobertura da Margem de Solvência	112,9%	103,5%

Adequação dos Prémios e das Provisões

Relativamente à adequação dos prémios, procede-se anualmente à análise das bases técnicas e dos princípios e regras atuariais utilizados para a construção das tarifas relativamente aos referidos seguros, verificando nomeadamente, dentro do que é razoável prever, a adequação dos prémios praticados a uma base atuarial prudente de forma a garantirem os compromissos, assumidos pela Companhia, decorrentes dos sinistros associados aos seguros em causa.

Rácios de Atividade

Os principais rácios de atividade, brutos de resseguro, embora reflitam as condicionantes e efeitos naturais inerentes ao quinto ano de atividade da empresa, revelam melhorias nos seus valores, relativamente ao período homólogo, evidenciando uma evolução geral positiva, principalmente no rácio de sinistros.

(%)

	2013	2012
Rácio de sinistralidade ^{a)}	65,4%	71,0%
Rácio de aquisição ^{b)}	34,5%	32,8%
Rácio administrativo ^{c)}	8,4%	6,8%
Rácio Combinado	108,3%	110,6%

a) (Custos com sinistros + custos imputados + variação das provisões técnicas + Outros custos - proveitos técnicos)/ prémios adquiridos.

b) (Remunerações de mediação de aquisição + custos imputados + variação dos custos de aquisição diferidos)/ prémios brutos emitidos.

c) (Remunerações de mediação administrativas + custos imputados)/ prémios brutos emitidos.

Montantes Recuperáveis de Sinistros

Os montantes recuperáveis, relativamente a prestações efetuadas pela ocorrência de sinistros, provenientes da aquisição dos direitos ou da obtenção da propriedade, e o risco de não cobrança dos mesmos encontram-se incluídos nas rubricas abaixo mencionadas e ascendem aos seguintes montantes:

(milhares de euros)

	2013	2012
Contas a receber	88	53
Ajustamento de crédito de cobrança duvidosa	-12	-8
Total Líquido	76	45

Nota 5 / Outros Passivos Financeiros

(milhares de euros)

	2013	2012
Outros passivos financeiros		
Acordos de recompra - valores a pagar	-	3 041
Outros	-	-
Valor de Balanço	-	3 041

Nota 6 / Instrumentos Financeiros

O inventário detalhado de participações e instrumentos financeiros é apresentado no final do anexo às demonstrações financeiras através do Anexo 1, sendo o resumo da sua decomposição como segue:

(milhares de euros)

	2013	2012
Ativos financeiros disponíveis para venda	10 218	10 835
Investimentos em filiais e associadas	-	-
Depósitos a prazo	2 500	3 381
Ativos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-
Investimentos a deter até à maturidade	1 552	2 019
Total Participações e Instrumentos Financeiros	14 270	16 235

Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

O saldo desta tipologia de ativo é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	2013	2012
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	3 037	2 000
De outros emissores	7 181	8 835
Ações	-	-
Outros títulos de rendimento variável	-	-
Valor de Balanço	10 218	10 835

Estavam incluídos em 2012 investimentos vendidos com acordo de recompra e reavaliados de acordo com a política contabilística de Ativos disponíveis para venda, no valor de 1 724 milhares de euros.

A decomposição dos valores finais de balanço em 31 de dezembro de 2013 e 2012, é como segue:

(milhares de euros)

	Custo Amortizado ou de Aquisição	Reserva de Justo Valor	Imparidade	Valor de Balanço
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				
De emissores públicos	2 008	-8	-	2 000
De outros emissores	8 733	102	-	8 835
Ações	-	-	-	-
Outros títulos de rendimento variável	-	-	-	-
Saldo a 31 de Dezembro de 2012	10 741	94	-	10 835
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				
De emissores públicos	3 003	34	-	3 037
De outros emissores	7 105	76	-	7 181
Ações	-	-	-	-
Outros títulos de rendimento variável	-	-	-	-
Saldo a 31 de Dezembro de 2013	10 108	110	-	10 218

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade são apresentados como segue:

(milhares de euros)

	2013	2012
Saldo em 1 de Janeiro	-	400
Dotações do exercício	-	-
Anulações do exercício por venda de ativos	-	-
Reversões do exercício	-	-400
Saldo em 31 de Dezembro	-	-

Investimentos a Deter até à Maturidade

O saldo desta tipologia de ativo é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	2013	2012
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	1 055	1 538
De outros emissores	497	481
Valor de Balanço	1 552	2 019
Valor de balanço (sem juro decorrido)	1 528	1 987
Valor de aquisição	1 490	1 964
Valor de mercado	1 624	2 090

Estavam incluídos em 2012 investimentos vendidos com acordo de recompra e reavaliados de acordo com a política contabilística de Investimentos a deter até à maturidade, no valor de 1 517 milhares de euros.

A decomposição dos valores finais de balanço em 31 de dezembro de 2013 e 2012 é como segue:

(milhares de euros)

	Custo de Aquisição Amortizado	Imparidade	Valor de Balanço
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo			
De emissores públicos	1 538	-	1 538
De outros emissores	481	-	481
Saldo a 31 de Dezembro de 2012	2 019	-	2 019
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo			
De emissores públicos	1 055	-	1 055
De outros emissores	497	-	497
Saldo a 31 de Dezembro de 2013	1 552	-	1 552

Durante o exercício de 2011 a Companhia procedeu à transferência de títulos no valor de 2 407 milhares de euros para Investimentos detidos até à maturidade, conforme se apresenta no quadro seguinte:

(milhares de euros)

	Na Data de Transferência									
	Valor de Aquisição	Valor de Balanço	Reserva de Justo Valor		Valor dos Cash Flows Futuros (a)	Taxa Efetiva (b)	Valor de Mercado (final do exercício)		Reserva de Justo Valor Amortizada Acumulada (final do exercício)	
			Positiva	Negativa			2012	2013	2012	2013
De ativos financeiros disponíveis para venda	2 588	2 407	-	-213	2 987	6,7%	2 090	1 600	-97	-140

(a) Montantes totais de capitais e juros, não descontados; juros futuros calculados com base nas taxas forward decorrentes da curva de rendimentos à data da transferência.

(b) A taxa efetiva foi calculada com base nas taxas forward decorrentes da curva de rendimento à taxa da transferência; a maturidade considerada é o mínimo entre a data da call, quando aplicável, e a data de maturidade do ativo.

Caso os títulos não tivessem sido reclassificados, o impacto nas demonstrações financeiras da Tranquilidade seria o seguinte:

(milhares de euros)

	2013	2012
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		
Impacto no capital próprio		
- Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros	48	71
- Reserva por impostos diferidos	-11	-21
Total Líquido	37	50

Outros Ativos Financeiros

Para além dos instrumentos financeiros atrás descritos a Companhia tinha ainda registado, em 31 de dezembro de 2012, 964 milhares de euros de valores a receber referentes a operações de acordos de revenda.

Justo Valor de Ativos e Passivos Financeiros Registados ao Custo Amortizado

O justo valor dos ativos e passivos financeiros que estão registados ao custo amortizado é analisado como segue:

(milhares de euros)

	2013		2012	
	Justo Valor	Valor Balanço	Justo Valor	Valor Balanço
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	961	961	603	603
Empréstimos e contas a receber	2 500	2 500	4 345	4 345
Investimentos a deter até à maturidade	1 624	1 552	2 090	2 019
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	1 425	1 425	1 377	1 377
Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	6 510	6 438	8 415	8 344
Outros passivos financeiros	-	-	3 041	3 041
Outros credores por operações de seguros e outras operações	830	830	676	676
Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	830	830	3 717	3 717

Tendo em conta que estes ativos e passivos são de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor, o saldo à data do balanço, com exceção dos Investimentos a deter até à maturidade em que o justo valor foi determinado com base em cotações de mercado.

Metodologias de Valorização

O valor dos instrumentos financeiros estratificado pelo método utilizado de valorização, de acordo com os níveis prescritos no IFRS 13, é analisado como segue:

(milhares de euros)

	2013			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda (Valores de Balanço)	10 218	-	-	10 218
Títulos e unidades de participação	-	-	-	-
Ações e outros títulos de rendimento variável	-	-	-	-
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				
De emissores públicos	3 037	-	-	3 037
De outros emissores	7 181	-	-	7 181
Investimentos a Deter até à Maturidade (Valores de Mercado)	1 624	-	-	1 624
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				
De emissores públicos	1 103	-	-	1 103
De outros emissores	521	-	1 804	521
Total	11 842	-	-	11 842

(milhares de euros)

	2012			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda (Valores de Balanço)	10 835	-	-	10 835
Títulos e unidades de participação	-	-	-	-
Ações e outros títulos de rendimento variável	-	-	-	-
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				
De emissores públicos	2 000	-	-	2 000
De outros emissores	8 835	-	-	8 835
Investimentos a Deter até à Maturidade (Valores de Mercado)	2 090	-	-	2 090
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				
De emissores públicos	1 583	-	-	1 583
De outros emissores	507	-	-	507
Total	12 925	-	-	12 925

Os níveis representam a seguinte descrição:

- **Nível 1** - Instrumentos financeiros valorizados de acordo com cotações disponíveis (não ajustadas) em mercados oficiais e com cotações divulgados por entidades fornecedoras de preços de transações em mercados líquidos.
- **Nível 2** - Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente parâmetros e variáveis observáveis no mercado.
- **Nível 3** - Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando parâmetros ou variáveis não observáveis no mercado e com impacto significativo na valorização do instrumento e preços fornecidos por entidades terceiras cujos parâmetros utilizados não são observáveis no mercado.

Exposição à Dívida Soberana

Com referência a 31 de dezembro de 2013 e 2012, a exposição da Companhia a dívida titulada soberana de países da União Europeia em situação de *bailout*, é apresentada em seguida:

(milhares de euros)

Emitente/ Carteira	31 de Dezembro de 2013					
	Valor Balanço	Justo Valor	Reserva de Justo Valor	Taxa de Juro Média (%)	Maturidade Média Anos	Nível de Valorização
Portugal						
Ativos financeiros disponíveis para venda	992	992	1	0,0%	1	1
Investimentos a deter até à maturidade	1 055	1 103	-57	3,8%	3	1
Total	2 047	2 095	-56			

(milhares de euros)

Emitente/ Carteira	31 de Dezembro de 2012					
	Valor Balanço	Justo Valor	Reserva de Justo Valor	Taxa de Juro Média (%)	Maturidade Média Anos	Nível de Valorização
Portugal						
Ativos financeiros disponíveis para venda	497	497	13	4,2%	2	1
Investimentos a deter até à maturidade	1 538	1 583	-	3,7%	3	1
Total	2 035	2 080	13			

Nota 8 / Caixa e Equivalentes e Depósitos à Ordem

O saldo desta rubrica é analisado como segue:

(milhares de euros)

	2013	2012
Caixa	-	-
Depósitos em instituições de crédito	961	603
Total	961	603

Nota 10 / Outros Ativos Fixos Tangíveis e Inventários

A Companhia possui ativos tangíveis valorizados ao modelo do custo e que são analisados como segue:

(milhares de euros)

	2013	2012
Equipamento	334	333
Equipamento administrativo	203	203
Máquinas e ferramentas	8	8
Equipamento informático	51	51
Instalações interiores	1	1
Despesas edifícios arrendados	68	67
Outras imobilizações corpóreas	3	3
Imobilizado em Curso	-	-
Amortizações Acumuladas	-225	-180
Imparidades	-	-
Total Líquido	109	153

Os movimentos ocorridos nesta rubrica, sobre o saldo líquido, são analisados como segue:

(milhares de euros)

	Equipamento	Imobilizado em Curso	Total
Saldo a 1 de Janeiro de 2012	186	-	186
Adições	13	-	13
Transferências	-	-	-
Amortizações do exercício	-46	-	-46
Abates/ vendas	-	-	-
Saldo a 31 de Dezembro de 2012	153	-	153
Adições	1	-	1
Transferências	-	-	-
Amortizações do exercício	-45	-	-45
Abates/ vendas	-	-	-
Saldo a 31 de Dezembro de 2013	109	-	109

Nota 11 / Afetação dos Investimentos e Outros Ativos

De acordo com as disposições legais vigentes, a Companhia é obrigada a afetar investimentos e outros ativos pelo total das provisões técnicas, de acordo com os limites estabelecidos pelo ISP.

A indicação de quais os ativos afetados e não afetados às carteiras de seguros que a Companhia explora, em 31 de dezembro de 2013 e 2012 são como segue:

(milhares de euros)

	2013		
	Seguros Não Vida	Não Afetos	Total
Caixa e equivalentes	724	237	961
Terrenos e edifícios	-	-	-
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-
Derivados de cobertura	-	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	10 218	-	10 218
Empréstimos concedidos e contas a receber	2 500	-	2 500
Investimentos a deter até à maturidade	1 552	-	1 552
Outros ativos tangíveis	-	109	109
Outros ativos	-	11 192	11 192
Total	14 994	11 538	26 532

(milhares de euros)

	2012		
	Seguros Não Vida	Não Afetos	Total
Caixa e equivalentes	522	81	603
Terrenos e edifícios	-	-	-
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-
Derivados de cobertura	-	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	10 835	-	10 835
Empréstimos concedidos e contas a receber	4 345	-	4 345
Investimentos a deter até à maturidade	2 019	-	2 019
Outros ativos tangíveis	-	53	53
Outros ativos	-	11 584	11 584
Total	17 721	11 718	29 439

Nota 12 / Ativos Intangíveis

Todos os ativos intangíveis são valorizados ao método do custo, não se registando casos de ativos gerados internamente. As vidas úteis estimadas são finitas, sendo de 5 anos para as despesas de desenvolvimento de aplicações informáticas e 3 anos para o software, sendo as amortizações calculadas de forma linear.

O saldo das rubricas de Outros intangíveis é analisado como segue:

(milhares de euros)

	2013	2012
Outros Intangíveis	3 802	3 611
Despesas de desenvolvimento de aplicações informáticas	3 245	3,210
Software	367	367
Intangíveis em curso	190	34
Amortizações Acumuladas	-2 378	-1 651
Imparidades	-	-
Total Líquido	1 424	1 960

O movimento ocorrido em ambos os exercícios pode ser analisado como segue:

(milhares de euros)

	Despesas de Desenvolvimento de Aplicações Informáticas	Software	Intangíveis em Curso	Total
Saldo a 1 de Janeiro de 2012	1 816	138	373	2 327
Adições	51	-	303	354
Amortizações do exercício	-652	-69	-	-721
Imparidades	-	-	-	-
Transferências	642	-	-642	-
Abates	-	-	-	-
Saldo a 31 de Dezembro de 2012	1 857	69	34	1 960
Adições	13	-	178	191
Amortizações do exercício	-658	-69	-	-727
Imparidades	-	-	-	-
Transferências	22	-	-22	-
Abates	-	-	-	-
Saldo a 31 de Dezembro de 2013	1 234	-	190	1 424

As amortizações de ativos intangíveis encontram-se distribuídas pelos itens da conta de ganhos e perdas, como segue:

(milhares de euros)

	2013	2012
Amortizações do Exercício de Ativos Intangíveis	727	721
Custos com sinistros, líquidos de resseguro		
Montantes pagos - montantes brutos	36	36
Custos e gastos de exploração líquidos		
Custos de aquisição	480	476
Gastos administrativos	211	209
Gastos financeiros		
Outros	-	-

Nota 13 / Outros Ativos, Passivos, Ajustamentos e Provisões

Ativos e ajustamentos

O saldo da rubrica de Contas a receber por operações de seguro direto é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	2013	2012
Ativo Bruto	642	892
Tomadores de seguro		
-Recibos por cobrar	429	728
-Reembolsos de sinistros	213	164
Ajustamentos	-125	-148
Recibos por cobrar	-113	-140
Créditos de cobrança duvidosa	-12	-8
Ativo Líquido	517	744

O movimento ocorrido relativo aos ajustamentos em Contas a receber e refletido nas Perdas de imparidade - Outros, da conta de ganhos e perdas, pode ser analisado como segue:

(milhares de euros)

	2013	2012
Ajustamento de Recibos por Cobrar		
Saldo em 1 de Janeiro	140	137
Dotações do exercício	-	3
Utilizações do exercício	-27	-
Saldo em 31 de Dezembro	113	140
Ajustamento de Créditos de Cobrança Duvidosa		
Saldo em 1 de Janeiro	8	8
Dotações do exercício	4	-
Utilizações do exercício	-	-
Saldo em 31 de Dezembro	12	8

O saldo da rubrica de Contas a receber por outras operações de resseguro é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	2013	2012
Resseguradores	186	280
Ressegurados	-	-
Total	186	280

O saldo da rubrica de Contas a receber por outras operações é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2013	2012
Ativo Bruto	722	353
Entidades relacionadas	404	-
Gestão por conta IDS e representadas	230	290
APS	-	7
Outros valores a receber	88	56
Ativo Líquido	722	353

O saldo do ativo de acréscimos e diferimentos é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2013	2012
Gastos Diferidos	115	102
- Rendas	-	8
- Outsourcing	115	94
Ativo Líquido	115	102

Passivos e provisões

O saldo do Passivo da rubrica de Contas a pagar por operações de seguro direto é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2013	2012
Tomadores de seguro (estornos a pagar)	23	30
Mediadores de seguro		
-Comissões a pagar	-	-
-Contas correntes	-	-
Co-seguradoras	-	-
Total	23	30

O saldo do Passivo da rubrica de Contas a pagar por operações de resseguro é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2013	2012
Resseguradores	386	317
Ressegurados	-	-
Total	386	317

O saldo do Passivo da rubrica de Contas a pagar por outras operações é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2013	2012
Entidades relacionadas	6	5
Outros fornecedores de bens e serviços	410	324
Outros valores a pagar	5	-
Total	421	329

O saldo do Passivo de acréscimos e diferimentos é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2013	2012
Acréscimo de Custos	1 128	743
- Custos com pessoal (subsídios, encargos e bónus)	169	96
- Fornecimentos e serviços externos	959	647
Total	1 128	743

Nota 14 / Prémios de Contratos de Seguro

Os prémios brutos emitidos, variação da provisão prémios não adquiridos (PPNA) e os prémios adquiridos, de seguro direto, são analisados como segue:

Ramos/ Grupos de Ramos	Prémios Brutos Emitidos		Variação PPNA		Prémios Adquiridos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Acidentes e doença	353	132	53	50	300	82
Incêndio e outros danos	310	216	42	28	268	188
Automóvel	16 581	18 244	-473	-925	17 054	19 169
Marítimo, aéreo e transportes	-	-	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-	-	-
Crédito e caução	-	-	-	-	-	-
Proteção jurídica	-	-	-	-	-	-
Assistência	2 598	2 663	-13	-90	2 611	2 753
Diversos	-	-	-	-	-	-
Total	19 842	21 255	-391	-937	20 233	22 192

Os prémios emitidos, variação da provisão prémios não adquiridos (PPNA) e os prémios adquiridos, de resseguro cedido, são analisados como segue:

(milhares de euros)

Ramos/ Grupos de Ramos	Prémios Emitidos de Resseguro		Variação PPNA		Prémios Adquiridos de Resseguro	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Acidentes e doença	16	4	-	-	16	4
Incêndio e outros danos	28	17	-	-	28	17
Automóvel	6 743	7 248	-48	-598	6 791	7 846
Marítimo, aéreo e transportes	-	-	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-	-	-
Crédito e caução	-	-	-	-	-	-
Proteção jurídica	-	-	-	-	-	-
Assistência	2 208	2 263	-11	-128	2 219	2 391
Diversos	-	-	-	-	-	-
Total	8 995	9 532	-59	-726	9 054	10 258

A discriminação de alguns valores relativos ao seguro não-vida de 2013, conforme formato requerido pelo ISP, é analisado como segue:

(milhares de euros)

Ramos/ Grupos de Ramos	Prémios Brutos Emitidos	Prémios Brutos Adquiridos	Custos com Sinistros Brutos	Custos de Exploração Brutos	Saldo de Resseguro
Acidentes e doença	353	300	120	11	-16
Incêndio e outros danos	310	268	192	134	-28
Automóvel					
-Responsabilidade civil	11 889	12 260	10 005	5 038	366
-Outras coberturas	4 692	4 794	2 974	2 455	-258
Marítimo, aéreo e transportes	-	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-	-
Crédito e caução	-	-	-	-	-
Proteção jurídica	-	-	-	-	-
Assistência	2 598	2 611	-	880	-2 219
Diversos	-	-	-	-	-
Total	19 842	20 233	13 291	8 518	-2 155
Resseguro aceite	-	-	-	-	-
Total Geral	19 842	20 233	13 291	8 518	-2 155

Nota 16 / Rendimentos/ Réditos e Gastos de Investimentos

As políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento de réditos e gastos relativos a investimentos são abordados na Nota 3.

O saldo da rubrica de Rendimentos, segregado pelos seus diversos tipos de rédito é como segue:

(milhares de euros)

	2013	2012
Juros	496	589
Ativos financeiros disponíveis para venda	338	379
Ativos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-
Investimentos a deter até à maturidade	109	126
Depósitos, empréstimos e outros ativos	49	84
Total	496	589

O saldo da rubrica de Rendimentos, analisado por tipo de ativo é como segue:

(milhares de euros)

	2013	2012
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	126	169
De outros emissores	321	335
Ações	-	-
Outros títulos de rendimento variável	-	-
Depósitos	44	60
Empréstimos e outros ativos	5	25
Total	496	589

O saldo da rubrica de Gastos financeiros é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	2013	2012
Custos imputados à função investimentos	13	11
Juros de acordos de recompra	20	29
Total	33	40

Nota 17 / Ganhos e Perdas Realizados em Investimentos

As quantias registadas em ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros e não financeiros, segregadas pelas respetivas categorias são como segue:

(milhares de euros)

	2013			2012		
	Ganho	Perda	Saldo	Ganho	Perda	Saldo
Financeiros - Não ao Justo Valor por Resultados	460	-44	416	191	-1	190
Ativos financeiros disponíveis para venda	460	-44	416	191	-1	190
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-	-	-
Total	460	-44	416	191	-1	190

Nota 20 / Outros Rendimentos e Gastos

O saldo da rubrica de Outros rendimentos/ gastos técnicos, líquidos de resseguro, é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	2013	2012
Outros Rendimentos Técnicos	859	1 219
Gestão por conta de sinistros	859	1 219
Outros Gastos Técnicos	956	1 403
Gestão por conta de sinistros	956	1 403
Valor do Ganhos e Perdas	-97	-184

O saldo da rubrica de Outros rendimentos/gastos é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	2013	2012
Outros Rendimentos Não Técnicos	439	90
Correções e acertos	10	77
Outros ganhos	429	13
Outros Gastos Não Técnicos	135	80
Donativos	1	1
Correções e acertos	63	58
Outros gastos	60	5
Serviços bancários e juros de mora	11	16
Valor do Ganhos e Perdas	304	10

Nota 21 / Gastos Diversos por Função e Natureza

Os custos registados nas rubricas de custos por natureza a imputar, não são evidenciados diretamente na conta de ganhos e perdas, dado que são distribuídos pelas 4 funções principais da Companhia, encontrando-se os mesmos refletidos e distribuídos pelas seguintes rubricas:

- Função Sinistros: Custos com sinistros - Montantes pagos brutos;
- Função Aquisição: Custos e gastos de exploração - Custos de aquisição;
- Função Administrativa: Custos e gastos de exploração - Custos de administrativos;
- Função Investimentos: Gastos financeiros - Outros.

O processo de imputação dos custos por natureza segue, consoante o caso, os seguintes critérios:

- % de tempo dedicado a cada função por centro de custo;
- % de utilização de meios informáticos;
- % de pessoas afetas a cada função.

A análise desses gastos e sua distribuição usando a classificação baseada na sua função, em 31 de dezembro de 2013 e 2012, é como segue:

(milhares de euros) (%)

2013	Custos com Sinistros		Custos de Aquisição		Custos Administrativos		Custos com Investimentos		Total	
Custos com pessoal	111	14%	510	66%	152	20%	-	0%	773	100%
Fornecimentos e serviços externos	416	6%	5 732	79%	1 081	15%	5	0%	7 234	100%
Impostos	-	0%	-	0%	214	100%	-	0%	214	100%
Amortizações	40	5%	510	66%	221	29%	1	0%	772	100%
Provisão para riscos e encargos	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%
Outros custos	-	0%	-	0%	-	0%	7	100%	7	100%
Total	567	6%	6 752	75%	1 668	19%	13	0%	9 000	100%

(milhares de euros) (%)

2012	Custos com Sinistros		Custos de Aquisição		Custos Administrativos		Custos com Investimentos		Total	
Custos com pessoal	108	15%	458	65%	138	20%	-	0%	704	100%
Fornecimentos e serviços externos	533	7%	5 816	81%	854	12%	4	0%	7 207	100%
Impostos	-	0%	-	0%	225	100%	-	0%	225	100%
Amortizações	40	5%	507	66%	219	29%	1	0%	767	100%
Provisão para riscos e encargos	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%
Outros custos	-	0%	-	0%	-	0%	6	100%	6	100%
Total	681	8%	6 781	76%	1 436	16%	11	0%	8 909	100%

O montante dos Custos com pessoal é analisado na Nota 22.

Os montantes dos Fornecimentos e Serviços Externos são decompostos como segue:

(milhares de euros)		
	2013	2012
Eletricidade, água e comunicações	116	172
Despesas de deslocação e representação	27	22
Rendas a alugueres	124	118
Manutenção de equipamento	242	232
Cobrança de prémios	202	204
Publicidade, <i>outsourcing</i> , consultadorias e trabalhos especializados	6 125	6 328
Outros serviços e fornecimentos diversos	398	131
Total	7 234	7 207

O montante dos Impostos e taxas é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2013	2012
Imposto de selo	-	1
Taxa para o ISP	48	51
Taxa para os Governos Cívicos	156	162
Taxa para o Gabinete Português de Carta Verde	10	11
Total	214	225

O montante dos Amortizações é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2013	2012
Despesas de desenvolvimento de aplicações informáticas	658	652
Software	69	69
Equipamento informático	5	5
Equipamento administrativo e máquinas	40	41
Total	772	767

Os montantes de Outros Custos, em 2013 e 2012, são referentes a comissões de gestão de carteira de investimentos.

A rubrica de ganhos e perdas de Custos e Gastos de Exploração Líquida é decomposta como segue:

(milhares de euros)		
	2013	2012
Custos de aquisição		
Remunerações de mediação	-	-
Custos imputados	6 752	6 781
Outros custos de aquisição	-	-
Custos de aquisição diferidos (variação)	98	187
Gastos administrativos		
Remunerações de mediação	-	-
Custos imputados	1 668	1 436
Comissões e participação nos resultados de resseguro	-1 980	-1 797
Total	6 538	6 607

Nota 22 / Gastos com Pessoal

O número médio de trabalhadores ao serviço da Companhia por categoria profissional é analisado como segue:

	2013	2012
Diretor	1	1
Gestor	2	2
Técnico	7	6
Especialista	3	1
Coordenador operacional	1	-
Total	14	10

O montante das despesas com o pessoal são discriminadas como segue:

(milhares de euros)		
	2013	2012
Remunerações - órgãos sociais	36	33
Remunerações - pessoal	575	536
Encargos sobre remunerações - órgãos sociais	3	3
Encargos sobre remunerações - pessoal	118	108
Benefícios pós-emprego - planos de pensões de benefícios definidos	7	2
Seguros obrigatórios	16	7
Gastos de ação social	8	7
Formação	9	6
Outros gastos com pessoal	1	2
Total	773	704

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 não existiam créditos concedidos pela companhia aos membros dos órgãos sociais.

As políticas de remuneração dos membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização e dos “Colaboradores com funções-chave” são apresentadas na Divulgação das Políticas de Remuneração, no final do presente Relatório e Contas.

Os honorários faturados durante o exercício de 2013 pelo Revisor Oficial de Contas, no âmbito dos serviços de revisão legal de contas perfizeram o montante de 11,1 milhares de euros.

Nota 24 / Imposto sobre o Rendimento

A Companhia está sujeita ao regime fiscal estabelecido pelo Código do IRC – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas. Adicionalmente, o conceito de impostos diferidos, resultantes das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscalmente aceites para efeitos de tributação do IRC, é aplicável sempre que haja uma probabilidade razoável de que tais impostos venham a ser pagos ou recuperados no futuro.

A Companhia apresentou resultados fiscais negativos nos exercícios de 2008 a 2013, pelo que não houve lugar a apuramento de imposto corrente e derrama. De igual forma, e por prudência, também não foi calculado imposto diferido ativo sobre estes valores de reporte fiscal, tendo em atenção as estimativas de recuperabilidade dentro do prazo fiscal permitido para o efeito referente a cada ano, conforme segue:

(milhares de euros)

Exercício	Reporte Inicial	Reporte Utilizado	Reporte por Utilizar	Último Ano para Utilização
2008	10 905	-	10 905	2014
2009	7 548	-	7 548	2015
2010	8 004	-	8 004	2014
2011	3 885	-	3 885	2015
2012	3 009	-	3 009	2017
2013	2 405	-	2 405	2018
Total	35 756	-	35 756	

A Companhia não foi ainda objeto de qualquer inspeção pela DGI, estando sujeita a inspeção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos.

Os ativos e passivos por impostos correntes reportados nos exercícios de 2013 e 2012 explica-se como segue:

(milhares de euros)

	2013		2012	
	Ativos por Impostos Correntes	Passivos por Impostos Correntes	Ativos por Impostos Correntes	Passivos por Impostos Correntes
Imposto sobre o rendimento	127	-	103	-
Retenção de imposto na fonte	-	14	-	40
Imposto sobre o valor acrescentado	-	-	-	-
Outros impostos e taxas	-	338	-	391
Contribuições para a segurança social	-	14	-	6
Tributos das autarquias locais	-	-	-	-
Total	127	366	103	437

Os ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 2013 e 2012 podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

Rubricas	Ativo		Passivo		Líquido	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Títulos	-	6	-9	-	-9	6
Total	-	6	-9	-	-9	6

Os impostos correntes e diferidos nos exercícios de 2013 e 2012 foram reconhecidos como segue:

(milhares de euros)

2013	Reserva de Justo Valor	Outras reservas	Ganhos e Perdas	Total
Imposto Corrente	-	-	-10	-10
Estimativa de IRC	-	-	-	-
Imposto autónomo	-	-	-10	-10
Imposto Diferido	-15	-	-	-15
Títulos	-15	-	-	-15
Total	-15	-	-10	-25

(milhares de euros)

2012	Reserva de Justo Valor	Outras reservas	Ganhos e Perdas	Total
Imposto Corrente	-	-	-9	-9
Estimativa de IRC	-	-	-	-
Imposto autónomo	-	-	-9	-9
Imposto Diferido	-278	-	-	-278
Títulos	-278	-	-	-278
Total	-278	-	-9	-287

A reconciliação da taxa de imposto pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	2013	2012
Resultado antes de impostos	-2 471	-2 990
Taxa de imposto	25,0%	25,0%
Imposto Apurado com Base na Taxa Oficial	618	748
Reporte de prejuízos fiscais gerados no exercício não considerados	-601	-752
Benefícios fiscais	6	4
Outros proveitos e custos excluídos de tributação	-23	-
Imposto autónomo	-10	-9
Imposto Reconhecido nos Resultados	-10	-9

Nota 25 / Capital

O capital da LOGO, de 20 milhões de euros representado por 4 milhões de ações de valor nominal de 5 euros cada, encontra-se integralmente subscrito e realizado.

A Companhia tem como acionista único a Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A. que realizou o capital no valor de 7,5 milhões de euros em 2007 e 12,5 milhões de euros em 2008.

Entre 2009 e 2013, o acionista único reforçou os capitais próprios, através de prestações acessórias, no valor total de 21,8 milhões de euros.

Nota 26 / Reservas

Dentro do capital próprio existem diversos tipos de reservas cuja natureza e finalidade são como segue:

Reserva legal

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. De acordo com a legislação Portuguesa, a reserva legal deve ser anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital emitido.

Reservas de justo valor

As reservas de justo valor representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de investimentos disponíveis para venda, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ ou em exercícios anteriores.

Reservas por impostos diferidos

Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Reservas livres

As reservas livres resultam da decisão da aplicação dos resultados positivos obtidos no exercício ou transitados, tomada em assembleia-geral.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, as reservas podem ser analisadas como segue:

(milhares de euros)

	2013	2012
Reservas de justo valor de ativos financeiros	37	-23
Reserva por impostos diferidos	-9	6
Outras reservas	-	-
-Reserva legal	-	-
-Reservas livres	-	-
Reservas	28	-17

A descrição dos movimentos de cada reserva dentro do capital próprio encontra-se expressa na demonstração de variação de capitais próprios que é apresentada no início do relatório e contas, em conjunto com as demonstrações financeiras e demonstração de fluxos de caixa.

A reserva de justo valor bruta, segundo a tipologia de ativos, pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	2013	2012
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Títulos de rendimento variável	-	-
Títulos de rendimento fixo	37	-23
Reservas de Justo Valor	37	-23

A reserva de justo valor líquida explica-se, em 31 de dezembro de 2013 e 2012, como segue:

(milhares de euros)

	2013	2012
Custo amortizado de investimentos disponíveis para venda	10 108	10 741
Imparidade	-	-
Custo amortizado/ aquisição líquido de imparidade	10 108	10 741
Justo valor de investimentos disponíveis para venda	10 218	10 835
Reserva de reavaliação bruta (justo valor - custo)	110	94
Reserva de reavaliação dos títulos transferidos para investimentos detidos até à maturidade	-73	-117
Impostos diferidos e correntes	-9	6
Reserva de Reavaliação Líquida de Impostos	28	-17

O movimento da reserva de justo valor líquida, em 31 de dezembro de 2013 e 2012, é como segue:

(milhares de euros)

	2013	2012
Saldo a 1 de Janeiro	-17	-786
Variações de justo valor, incluindo variação por alienações	60	1 047
Imparidade reconhecida no ano	-	-
Variação impostos diferidos reconhecida no ano	-15	-278
Saldo a 31 de Dezembro	28	-17

Nota 27 / Resultados por Ação

O resultado por ação em 31 de dezembro de 2013 e 2012 foi o seguinte:

	2013	2012
Resultado líquido do exercício (em milhares de euros)	-2 481	- 2 999
Número de ações (final do exercício)	4 000 000	4 000 000
Resultados por Ação (em euros)	-0,62	-0,75

Nota 29 / Transações entre Partes Relacionadas

O capital da LOGO é detido na sua globalidade pela Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A. As contas destas entidades são englobadas no perímetro de consolidação da ESFG - Espírito Santo Financial Group.

Os relacionamentos entre a LOGO e sua empresa-mãe Tranquilidade ou as suas associadas, abrangem diversas áreas de negócio, sendo as operações e serviços mais relevantes as situações de arrendamento, resseguro e serviços de *call center*. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 o montante global dos ativos e passivos da LOGO que se referem a operações realizadas com empresas associadas e relacionadas, resume-se como segue:

(milhares de euros)

	2013				2012			
	Ativo	Passivo	Custos	Proveitos	Ativo	Passivo	Custos	Proveitos
ADVANCECARE	-	-	19	-	-	-	-	-
BANCO ESPÍRITO SANTO	2 477	2	256	122	2 550	3 041	246	79
BESLEASING	-	1	-	-	-	7	-	-
E.S. CONTACT CENTER	-	25	158	-	-	-	118	-
E.S. FINANTIAL PRT	701	-	-	13	-	-	-	-
E.S. INFORMÁTICA	-	-	8	-	-	-	-	-
E.S. INNOVATION	-	10	-	-	-	-	-	-
E.S. SERVIÇOS 2, ACE	-	109	1 337	-	-	133	1 380	-
ESFIL	525	-	-	32	-	-	-	-
EUROP ASSISTANCE	-	192	-	-2 235	-	-	-	-2 395
IMOPRIME	-	-	85	-	-	-	-	-
SGL - SOCIEDADE GERAL LIMPEZAS	-	-	24	-	-	-	25	-
TOP ATLÂNTICO	-	-	-	-	-	-	1	-
TRANQUILIDADE	8 287	155	-6 856	-6 598	8 056	5	-8 411	-7 626
TRQ ANGOLA	404	-	-	404	-	-	-	-
T-VIDA	-	3	-	-	-	-	-	-
	12 394	497	-4 969	-8 262	10 606	3 186	-6 642	-9 942

Nota 30 / Demonstração de Fluxos de Caixa

A demonstração das variações de fluxos de caixa e equivalentes, elaborada numa ótica indireta de origem e aplicação de fundos, é apresentada no início do relatório e contas em conjunto com as demonstrações financeiras e demonstração de variações de capitais próprios.

Nota 31 / Compromissos

A Companhia detém contratos de locação financeira para aquisição de equipamento informático e contratos de locação operacional referentes a material de transporte.

Os valores de compromissos contratuais expressos no balanço dos contratos em regime de locação financeira, são analisados como segue:

(milhares de euros)

	2013	2012
Ativos tangíveis (valor bruto)	9	9
Amortizações acumuladas	-9	-9
Ativos Tangíveis (Valor Líquido)	-	-
Credores - Fornecedores de Bens	1	3

A maturidade das rendas de contratos de locação financeira e das prestações de locação operacional vincendas é analisada como segue:

(milhares de euros)

	Até 3 Meses	4 a 12 Meses	+1 a 5 Anos
Contratos de locação financeira	-	-	1
Contratos de locação operacional	7	20	36

Nota 37 / Outras Informações

Normas Contabilísticas e Interpretações Recentemente Emitidas

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que a Companhia aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras podem ser analisadas como segue:

IAS 19 (Alterada) - Benefícios dos empregados

O IASB, emitiu em 16 de junho de 2011, alterações à "IAS 19 - Benefícios dos empregados", com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de janeiro de 2013. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia (UE) n.º 475/2012, de 5 de junho de 2012.

Como resultado da IAS 19 (2011), a Companhia alterou a sua política contabilística no que diz respeito à base da determinação dos rendimentos e gastos relacionados com os planos de benefício definido. Ao abrigo da IAS 19 (2011), a Companhia determina o gasto (rendimento) do juro líquido do passivo (ativo) por benefício definido para o período, aplicando a mesma taxa de desconto para mensurar a obrigação de benefício definido no início do período anual, tomando em consideração alterações corridas ao passivo (ativo) em resultado das contribuições e benefícios pagos.

Consequentemente, o juro líquido do passivo (ativo) do plano de benefício definido compreende agora: (i) o custo do juro da obrigação de benefício definido; (ii) os rendimentos dos ativos do plano; e (iii) o juro do efeito do teto (*ceiling*) do ativo.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Apresentação de itens em OCI (Outro Rendimento Integral) – Alteração da IAS 1 – Apresentação de demonstrações financeiras

O IASB, emitiu em 16 de junho de 2011, alterações à "IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras", com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de julho de 2012. Esta alteração foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia (UE) n.º 475/2012, de 5 de junho.

Como resultado da alteração à IAS 1, a Companhia modificou a apresentação de itens de Outro Rendimento Integral (OCI) na demonstração de Rendimento Integral, de forma a apresentar separadamente os itens que serão reclassificados no futuro para resultados do período daqueles que não serão reclassificados. A informação comparativa foi rerepresentada na mesma base.

IFRS 7 (Alterada) - Instrumentos financeiros: Divulgações - Compensação entre ativos e passivos financeiros

O IASB emitiu em 16 de dezembro de 2011, alterações à "IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Compensação entre ativos e passivos financeiros", com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de janeiro de 2013. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1256/2012, de 11 de dezembro.

A Companhia não teve impacto na adoção destas alterações.

Melhoramentos às IFRS (2009-2011)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2009-2011, emitidos pelo IASB em 17 de maio de 2012, e adotados pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 301/2013, de 27 de março, introduziram alterações, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de janeiro de 2013 às normas IFRS 1, IAS 1, IAS 16, IAS 32, IAS 34 e IFRIC 2.

- **IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras**

Os melhoramentos clarificam a diferença entre informação comparativa adicional voluntária e a informação comparativa mínima exigida. Geralmente, a informação comparativa mínima exigida é a do período anterior.

• **IAS 16 - Ativos Fixos Tangíveis**

A IAS 16 foi alterada no sentido de clarificar o conceito de equipamentos de serviço que possam cumprir a definição de ativos fixos tangíveis não sendo assim contabilizado em inventários.

• **IAS 32 - Instrumentos Financeiros e IFRIC 2**

Estas normas foram ajustadas de forma a clarificar que impostos relacionados com distribuição de dividendos a detentores de capital seguem o tratamento preconizado na “IAS 12 - Impostos sobre o Rendimento”, evitando assim qualquer interpretação que possa significar uma outra aplicação.

• **IAS 34 - Reporte Financeiro Intercalar**

As alterações à IAS 34 permitem alinhar as exigências de divulgação para o total dos ativos dos segmentos com o total dos passivos, nos períodos intercalares. Estes melhoramentos permitem igualmente que a informação intercalar fique consistente com a informação anual no que respeita à modificação efetuada quanto à designação da demonstração de resultados e outro rendimento integral.

A Companhia não obteve quaisquer impactos significativos decorrentes da adoção desta alteração.

IFRS 13 - Mensuração ao justo valor

O IASB, emitiu em 12 de maio de 2011, a “IFRS 13 – Mensuração ao Justo Valor”, com data efetiva de aplicação (de forma prospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1255/2012, de 11 de dezembro.

De acordo com as disposições transitórias da IFRS 13, a Companhia adotou a nova definição de justo valor, tal como consta na Nota 3, prospectivamente. As alterações não tiveram um impacto significativo na mensuração dos ativos e passivos da Companhia, mas foram incluídas novas divulgações nas demonstrações financeiras conforme exigido pela IFRS 13. Para estas novas divulgações não foram incluídas comparações de acordo com o previsto na norma para o primeiro ano de aplicação. No entanto, na exata medida que essas divulgações já fossem exigidas por outras normas em vigor antes da IFRS 13, a Companhia proporcionou informação comparativa relevante já divulgada ao abrigo dessas normas.

IFRIC 20 - Custos de não cobertura na fase de produção de uma mina a céu aberto

O *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC), emitiu em 19 de outubro de 2011, a “IFRIC 20 - Custos de não cobertura na fase de produção de uma mina a céu aberto”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de janeiro de 2013. Esta interpretação foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1255/2012, de 11 de dezembro.

Dada a natureza das operações da Companhia, esta interpretação não teve qualquer impacto nas demonstrações financeiras.

A Companhia decidiu optar pela não aplicação antecipada das seguintes normas e/ ou interpretações, adotadas pela União Europeia:

IAS 32 (Alterada) - Instrumentos Financeiros: Apresentação – compensação entre ativos e passivos financeiros

O IASB, emitiu em 16 de dezembro de 2011, alterações à “IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Apresentação – compensação entre ativos

e passivos financeiros”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2014. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1256/2012, de 11 de dezembro.

As alterações agora introduzidas adicionam orientações de implementação no sentido de resolver inconsistências de aplicação prática. As novas orientações vêm clarificar que a frase “direito legal oponível corrente para compensar” significa que o direito de compensação não possa ser contingente, face a eventos futuros e deva ser legalmente oponível no decurso normal dos negócios, no caso de incumprimento e num evento de insolvência ou bancarrota da entidade e de todas as contrapartes.

Estas orientações de aplicação também especificam as características dos sistemas de liquidação bruta, de maneira a poder ser equivalente à liquidação em base líquida.

A Companhia não espera impactos significativos decorrentes da adoção destas alterações, tendo em conta que a política contabilística adotada encontra-se em linha com a orientação emitida.

IAS 27 (Alterada) - Demonstrações financeiras separadas

O IASB, emitiu, em 12 de maio de 2011, alterações à “IAS 27 – Demonstrações Financeiras Separadas”, com data efetiva de aplicação (de forma prospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2014. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de dezembro.

Tendo presente que a IFRS 10 endereça os princípios de controlo e estabelece os requisitos relativos à preparação de demonstrações financeiras consolidadas, a IAS 27 (alterada) passa a regular, exclusivamente, as contas separadas.

As alterações visaram, por um lado, clarificar as divulgações exigidas por uma entidade que prepara demonstrações financeiras separadas, passando a ser requerida a divulgação do local principal (e o país da sede) onde são desenvolvidas as atividades das subsidiárias, associadas e empreendimentos conjunto, mais significativos e, se aplicável, da empresa-mãe.

A anterior versão exigia apenas a divulgação do país da sede ou residência de tais entidades.

Por outro lado, foi alinhada a data de entrada em vigor e a exigência de adoção de todas as normas de consolidação em simultâneo (IFRS 10, IFRS 11, IFRS 12, IFRS 13 e alterações à IAS 28).

A Companhia não antecipa qualquer impacto relevante na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas

O IASB, emitiu, em 12 de maio de 2011, a “IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de dezembro, tendo permitido que seja imperativamente aplicável após 1 de janeiro de 2014.

A IFRS 10, revoga parte da IAS 27 e a SIC 12, e introduz um modelo único de controlo que determina se um investimento deve ser consolidado.

O novo conceito de controlo envolve a avaliação do poder, da exposição à variabilidade nos retornos e a ligação entre ambos. Um investidor controla uma investida quando esteja exposto (ou tenha direitos) à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com a investida e possa apoderar-se dos mesmos através do poder detido sobre a investida (controlo de facto).

O investidor considera em que medida controla as atividades relevantes da investida, tendo em consideração o novo conceito de controlo. A avaliação deve ser feita em cada período de reporte já que a relação entre poder e exposição à variabilidade nos retornos pode alterar ao longo do tempo.

O controlo é usualmente avaliado sobre a entidade jurídica, mas também pode ser avaliado sobre ativos e passivos específicos de uma investida (referido como “silos”).

A nova norma introduz outras alterações como sejam: (i) os requisitos para subsidiárias no âmbito das demonstrações financeiras consolidadas transitam da IAS 27 para esta norma e, (ii) incrementam-se as divulgações exigidas, incluindo divulgações específicas sobre entidades estruturadas, quer sejam ou não consolidadas.

A Companhia está a avaliar o impacto da introdução desta alteração no entanto não antecipa que o impacto seja significativo.

IFRS 11 - Acordos conjuntos

O IASB, emitiu, em 12 de maio de 2011, a “IFRS 11 – Acordos Conjuntos”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de dezembro, tendo permitido que seja imperativamente aplicável após 1 de janeiro de 2014.

Esta nova norma, que vem revogar a IAS 31 e a SIC 13, define “controlo conjunto”, introduzindo o modelo de controlo definido na IFRS 10 e exige que uma entidade que seja parte num “acordo conjunto” determine o tipo de acordo conjunto no qual está envolvida (“operação conjunta” ou “empreendimento conjunto”), avaliando os seus direitos e obrigações.

A IFRS 11 elimina a opção de consolidação proporcional para entidades conjuntamente controladas. As entidades conjuntamente controladas que satisfaçam o critério de “empreendimento conjunto” devem ser contabilizadas utilizando o método de equivalência patrimonial (IAS 28).

A Companhia está a avaliar o impacto da introdução desta alteração no entanto não antecipa que o impacto seja significativo.

IAS 28 (Alterada) - Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos

O IASB, emitiu em 12 de maio de 2011, alterações à “IAS 28 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos”, com data efetiva de aplicação (de forma prospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2013. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de dezembro, tendo permitido que sejam imperativamente aplicáveis após 1 de janeiro de 2014.

Como consequência das novas IFRS 11 e IFRS 12, a IAS 28 foi alterada e passou a designar-se de IAS 28 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos, e regula a aplicação do método de equivalência patrimonial aplicável, quer a empreendimentos conjuntos quer a associadas.

A Companhia não antecipa qualquer impacto relevante na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

IFRS 12 - Divulgação de participações em outras entidades

O IASB, emitiu em 12 de maio de 2011, a “IFRS 12 – Divulgações de participações em outras entidades”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de dezembro, tendo permitido que seja imperativamente aplicável após 1 de janeiro de 2014.

O objetivo da nova norma é exigir que uma entidade divulgue informação que auxilie os utentes das demonstrações financeiras a avaliar: (i) a natureza e os riscos associados aos investimentos em outras entidades e; (ii) os efeitos de tais investimentos na posição financeira, performance e fluxos de caixa.

A IFRS 12 inclui obrigações de divulgação para todas as formas de investimento em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associadas, veículos especiais e outros veículos que estejam fora do balanço.

A Companhia está ainda a analisar os impactos da aplicação plena da IFRS 12 em linha com a adoção das IFRS 10 e IFRS 11.

Entidades de investimento – Alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 (emitida em 31 de outubro de 2012)

As alterações efetuadas aplicam-se a uma classe particular de negócio que se qualifica como “entidades de investimento”. O IASB define o termo de “entidade de investimento” como um entidade cujo propósito do negócio é investir fundos com o objetivo de obter retorno de apreciação de capital, de rendimento ou ambos. Uma entidade de investimento deverá igualmente avaliar a sua performance no investimento com base no justo valor. Tais entidades poderão incluir organizações de *private equity*, organizações de capital de risco ou capital de desenvolvimento, fundos de pensões, fundos de saúde e outros fundos de investimento.

As alterações proporcionam uma eliminação do dever de consolidação previstos na IFRS 10, exigindo que tais entidades mensurem as subsidiárias em causa ao justo valor através de resultados em vez de consolidarem. As alterações também definem um conjunto de divulgações aplicáveis a tais entidades de investimento.

As alterações aplicam-se aos exercícios que se iniciam em, ou após, 1 de janeiro de 2014, com uma adoção voluntária antecipada. Tal opção permite que as entidades de investimento possam aplicar as novas alterações quando a IFRS 10 entrar em vigor a 1 de janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1374/2013, de 20 de novembro.

A Companhia está ainda a analisar os impactos da aplicação desta alteração.

IAS 36 (Alterada) - Imparidade de ativos: Divulgação da quantia recuperável dos ativos não-financeiros

O IASB, emitiu em 29 de maio de 2013, a alteração em epígrafe com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2014. Esta alteração foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1374/2013, de 19 de dezembro.

O objetivo das alterações foi clarificar o âmbito das divulgações de informação sobre o valor recuperável dos ativos, quando tal quantia seja baseada no justo valor líquido dos custos de venda, sendo limitadas a ativos com imparidade.

IAS 39 (Alterada) - Instrumentos financeiros: Novação de derivativos e continuação da contabilidade de cobertura

O IASB, emitiu em 27 de junho de 2013, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2014. Esta alteração foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1375/2013, de 19 de dezembro.

O objetivo destas alterações foi flexibilizar os requisitos contabilísticos de um derivado de cobertura, em que haja a necessidade de alterar a contraparte de liquidação (*clearing counterparty*) em consequência de alterações em leis ou regulamentos. Tal flexibilidade significa que a contabilidade de cobertura continua independentemente da alteração da contraparte de liquidação (“novação”) que, sem a alteração ocorrida na norma, deixaria de ser permitida.

Normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efetivas para a Companhia:

IAS 19 (Alterada) – Planos de benefício definido: Contribuição dos empregados

O IASB, emitiu em 21 de novembro de 2013, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de julho de 2014.

A presente alteração clarifica a orientação quando estejam em causa contribuições efetuadas pelos empregados ou por terceiras entidades, ligadas aos serviços exigindo que a entidade atribua tais contribuições em conformidade com o parágrafo 70 da IAS 19 (2011). Assim, tais contribuições são atribuídas usando a fórmula de contribuição do plano ou de uma forma linear.

A alteração reduz a complexidade introduzindo um forma simples que permite a uma entidade reconhecer contribuições efetuadas por empregados ou por terceiras entidades, ligadas ao serviço que sejam independentes do número de anos de serviço (por exemplo um percentagem do vencimento), como redução do custo dos serviços no período em que o serviço seja prestado.

IFRIC 21 – Taxas

O IASB, emitiu em 20 de maio de 2013, esta interpretação com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2014.

Esta nova interpretação define taxas (*levy*) como sendo um desembolso de uma entidade imposto pelo governo de acordo com legislação. Confirma que uma entidade reconhece um passivo pela taxa quando – e apenas quando – o específico evento que desencadeia a mesma, de acordo com a legislação, ocorre.

Não é expectável que a IFRIC 21 venha a ter impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.

Melhoramentos às IFRS (2010-2012)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2010-2012, emitidos pelo IASB em 12 de dezembro de 2013 introduzem alterações, com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de julho de 2014 às normas IFRS 2, IFRS 3, IFRS 8, IFRS 13, IAS 16, IAS 24 e IAS 38.

- **IFRS 2 – definição de condição de aquisição (*vesting*)**

A alteração clarifica a definição de “condição de aquisição (*vesting*)” contida no Apêndice A da IFRS 2 – Pagamentos Baseados em Ações, separando a definição de “condição de desempenho” e “condição de serviço” da condição de aquisição, fazendo uma descrição de cada uma das condições de forma mais clara.

- **IFRS 3 – Contabilização de uma consideração contingente no âmbito de uma concentração de atividades empresariais**

O objetivo da alteração visa clarificar certos aspetos da contabilização da consideração contingente no âmbito de uma concentração de atividades empresariais, nomeadamente a classificação da consideração contingente, tomando em linha de conta se tal consideração contingente é um instrumento financeiro ou um ativo ou passivo não-financeiro.

- **IFRS 8 – Agregação de segmentos operacionais e reconciliação entre o total dos ativos dos segmentos reportáveis e os ativos da empresa**

A alteração clarifica o critério de agregação e exige que uma entidade divulgue os fatores utilizados para identificar os segmentos reportáveis, quando o segmento operacional tenha sido agregado. Para atingir consistência interna, uma reconciliação do total dos ativos dos segmentos reportáveis para o total dos ativos de uma entidade deverá ser divulgada, se tais quantias forem regularmente proporcionadas ao tomador de decisões operacionais.

- **IFRS 13 – Contas a receber ou pagar de curto prazo**

O IASB alterou as bases de conclusão no sentido de esclarecer que, ao eliminar o AG 79 da IAS 39 não pretendeu eliminar a necessidade de determinar o valor atual de uma conta a receber ou pagar no curto prazo, cuja fatura foi emitida sem juro, mesmo que o efeito seja imaterial. De salientar que o parágrafo 8 da IAS 8 já permite que uma entidade não aplique políticas contabilísticas definidas nas IFRS se o seu impacto for imaterial.

- **IAS 16 e IAS 40 – Modelo de Revalorização – reformulação proporcional da depreciação ou amortização acumulada**

De forma a clarificar o cálculo da depreciação ou amortização acumulada, à data da reavaliação, o IASB alterou o parágrafo 35 da IAS 16 e o parágrafo 80 da IAS 38 no sentido de: (i) a determinação da depreciação (ou amortização) acumulada não depende da seleção da técnica de valorização; e (ii) a depreciação (ou amortização) acumulada é calculada pela diferença entre a quantia bruta e o valor líquido contabilístico.

- **IAS 24 – Transações com partes relacionadas – serviços do pessoal chave da gestão**

Para resolver alguma preocupação sobre a identificação dos custos do serviço do pessoal chave da gestão (KMP) quando estes serviços são prestados por uma entidade (entidade gestora como por exemplo nos fundos de investimento), o IASB clarificou que as divulgações das quantias incorridas pelos serviços de KMP fornecidos por uma entidade de gestão separada devem ser divulgados, mas não é necessário apresentar a desagregação prevista no parágrafo 17.

Melhoramentos às IFRS (2011-2013)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2011-2013, emitidos pelo IASB em 12 de dezembro de 2013 introduziram alterações, com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de julho de 2014 às normas IFRS 1, IFRS 3, IFRS 13 e IAS 40.

- **IFRS 1 – conceito de “IFRS efetivas”**

O IASB clarificou que se novas IFRS não forem ainda obrigatórias mas permitam aplicação antecipada, a IFRS 1 permite, mas não exige, que sejam aplicadas nas primeiras demonstrações financeiras reportadas em IFRS.

- **IFRS 3 – exceções ao âmbito de aplicação para *joint ventures***

As alterações excluem do âmbito de aplicação da IFRS 3, a formação de todos os tipos de acordos conjuntos, tal como definidos na IFRS 11. Tal exceção ao âmbito de aplicação apenas se aplica a demonstrações financeiras de *joint ventures* ou às próprias *joint ventures*.

- **IFRS 13 – âmbito do parágrafo 52 – exceção de portfólios**

O parágrafo 52 da IFRS 13 incluí uma exceção para mensurar o justo valor de grupos de ativos ou passivos na base líquida. O objetivo desta alteração consiste na clarificação que a exceção de portfólios aplicam-se a todos os contratos abrangidos pela IAS 39 ou IFRS 9, independentemente de cumprirem as definições de ativo financeiro ou passivo financeiro previstas na IAS 32.

- **IAS 40 – inter-relação com a IFRS 3 quando classifica propriedades como propriedades de investimento ou imóveis de uso próprio**

O objetivo da alteração é a clarificação da necessidade de julgamento para determinar se uma aquisição de propriedades de investimento corresponde à aquisição de um ativo, de um grupo de ativos ou de uma concentração de uma atividade operacional abrangida pela IFRS 3.

IFRS 9 - Instrumentos financeiros (emitida em 2009 e alterada em 2010 e 2013)

A IFRS 9 (2009) introduziu novos requisitos para a classificação e mensuração de ativos financeiros. A IFRS 9 (2010) introduziu requisitos adicionais relacionados com passivos financeiros. A IFRS 9 (2013) introduziu a metodologia da cobertura. O IASB tem presentemente um projeto em curso para proceder a alterações limitadas à classificação e mensuração contidas na IFRS 9 e novos requisitos para lidar com a imparidade de ativos financeiros.

Os requisitos da IFRS 9 (2009) representam uma mudança significativa dos atuais requisitos previstos na IAS 39, no que respeita aos ativos financeiros. A norma contém duas categorias primárias de mensuração de ativos financeiros: custo amortizado e justo valor. Um ativo financeiro será mensurado ao custo amortizado caso seja detido no âmbito do modelo de negócio cujo objetivo é deter o ativo por forma a receber os fluxos de caixa contratuais e os termos dos seus fluxos de caixa dão lugar a recebimentos, em datas especificadas, relacionadas apenas com o montante nominal e juro em vigor. Todos os restantes ativos financeiros serão mensurados ao justo valor. A norma elimina as categorias atualmente existentes na IAS 39 de “detido até à maturidade”, “disponível para venda” e “contas a receber e pagar”.

Para um investimento em instrumentos de capital próprio que não seja detido para negociação, a norma permite uma eleição irrevogável, no reconhecimento inicial, numa base individual por cada ação, de apresentação das alterações de justo valor em outro rendimento integral (OCI). Nenhuma quantia reconhecida em OCI será reclassificada para

resultados em qualquer data futura. No entanto, dividendos gerados, por tais investimentos, são reconhecidos em resultados em vez de OCI, a não ser que claramente representem uma recuperação parcial do custo do investimento.

Investimentos em instrumentos de capital próprio, os quais a entidade não designe a apresentação das alterações do justo valor em OCI, serão mensurados ao justo valor com as alterações reconhecidas em resultados.

A norma exige que derivados embutidos em contratos cujo contrato base seja um ativo financeiro, abrangido pelo âmbito de aplicação da norma, não sejam separados; ao invés, o instrumento financeiro híbrido é aferido na íntegra por forma a determinar se é mensurado ao custo amortizado ou ao justo valor.

A IFRS 9(2010) introduz um novo requisito aplicável a passivos financeiros designados ao justo valor, por opção, passando a impor a separação da componente de alteração de justo valor que seja atribuível ao risco de crédito da entidade e a sua apresentação em OCI, ao invés de resultados. Com exceção desta alteração, a IFRS 9 (2010) na sua generalidade transpõe as orientações de classificação e mensuração, previstas na IAS 39 para passivos financeiros, sem alterações substanciais.

A IFRS 9 (2013) introduziu novos requisitos para a contabilidade de cobertura que alinha esta de forma mais próxima com a gestão de risco. Os requisitos também estabelecem uma maior abordagem de princípios à contabilidade de cobertura resolvendo alguns pontos fracos contidos no modelo de cobertura da IAS 39.

A data em que a IFRS 9 se torna efetiva não se encontra ainda estabelecida mas será determinada quando as fases em curso ficarem finalizadas.

A Companhia iniciou um processo de avaliação dos efeitos potenciais desta norma mas encontra-se a aguardar o desfecho das alterações anunciadas, antes de completar a respetiva avaliação.

Dada a natureza das atividades da Companhia, é expectável que esta norma venha a ter impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Anexo 1 – Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros

(valores em euros)

Identificação dos Títulos Designação	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço (Inclui Juros Decorridos)	
						Unitário	Total
1 - FILIAIS, ASSOCIADAS, EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E OUTRAS EMPRESAS PARTICIPADAS E PARTICIPANTES							
1.1 - Títulos nacionais							
1.1.8 - Títulos de dívida de empresas participadas e participantes							
BESPL 5,625% 06/14		500 000,00	101,28%	101,5%	507 500,00	104,5%	522 504,45
ES FINANCIAL 5,125% 05/30/16		700 000,00	99,75%	100,2%	701 571,00	100,2%	701 296,92
ES FINANCIER 5,25% 06/12/15		500 000,00	101,58%	99,7%	498 700,00	105,1%	525 269,17
Subtotal	0	1 700 000,00			1 707 771,00		1 749 070,54
Total	0	1 700 000,00			1 707 771,00		1 749 070,54
2 - OUTROS							
2.1 - Títulos nacionais							
2.1.2 - Títulos de dívida							
2.1.2.1 - De dívida pública							
BT 0% 07/18/14		500 000,00	99,26%	98,3%	491 599,65	99,3%	496 300,00
BT 0% 08/22/14		500 000,00	99,09%	98,4%	492 039,89	99,1%	495 450,00
PT OT 3,35% 10/15/15		600 000,00	96,05%	93,9%	563 182,82	96,8%	580 561,12
PT OT 4,35% 10/16/17		500 000,00	93,96%	92,5%	462 433,05	94,9%	474 314,86
Subtotal	0	2 100 000,00			2 009 255,41		2 046 625,98
2.1.2.3 - De outros emissores							
BANCO BPI 3,25% 01/15		500 000,00	96,37%	92,8%	464 247,52	99,5%	497 423,01
GALP ENERGIA 4,125% 01/19		500 000,00	101,31%	99,4%	497 215,00	101,7%	508 579,25
GALP ENERGIA SGPS FLOAT 18		500 000,00	102,10%	99,5%	497 565,00	102,4%	511 825,06
REN FINANCE 4,75%		100 000,00	103,60%	99,9%	99 860,00	104,6%	104 580,03
Dep Prazo EUR BES					1 000 000,00		1 000 016,67
Dep Prazo EUR CXGERALDEP					1 500 000,00		1 500 025,00
Subtotal	0	1 600 000,00			4 058 887,52		4 122 449,02
Total	0	3 700 000,00			6 068 142,93		6 169 075,00
2.2 - Títulos estrangeiros							
2.2.2 - Títulos de dívida							
2.2.2.2 - De outros emissores públicos							
FADE 2,875% 09/16		500 000,00	101,79%	100,0%	499 855,00	102,6%	513 085,27
FADE 3,375% 03/19		500 000,00	101,61%	99,9%	499 310,00	102,4%	512 113,49
FROB 3% 11/16/14		500 000,00	101,47%	100,0%	499 764,25	101,8%	509 051,03
ICO 2,375% 10/31/15		500 000,00	101,46%	99,8%	498 795,00	102,2%	511 081,51
Subtotal	0	2 000 000,00			1 997 724,25		2 045 331,30
2.2.2.3 - De outros emissores							
ATLANTIA 2,875% 02/21		500 000,00	99,98%	99,2%	495 860,00	100,5%	502 391,16
BANCO POPULAR 3,5% 09/17		500 000,00	103,47%	99,8%	498 880,00	104,5%	522 651,92
BANCO SABADELL 2,5% 12/16		700 000,00	99,92%	99,8%	698 425,00	100,1%	700 672,58
BANK OF IRELAND 2,75% 06/16		250 000,00	99,50%	99,9%	249 660,00	101,1%	252 696,64
PETROLEOS MEXICANOS 3,125 11/20		200 000,00	100,98%	99,4%	198 716,00	101,3%	202 532,19
RCI BANQUE 1,75% 07/16		200 000,00	98,82%	99,7%	199 392,00	99,8%	199 626,52
RED ELECTRICA FIN 2,375% 05/19		300 000,00	99,99%	99,5%	298 527,00	101,4%	304 141,40
RENAULT 3,625% 09/18		500 000,00	102,77%	99,6%	497 935,00	103,8%	518 959,73
REPSOL INTL FINANCE 2,625% 05/20		200 000,00	98,52%	99,4%	198 828,00	100,1%	200 157,23
SOCIETE DES AUTOROUTES FLOAT 01/16		200 000,00	100,36%	100,0%	199 990,00	100,6%	201 174,17
SOCIETE GENERALE 1% 12/19/17		500 000,00	100,06%	99,6%	498 152,84	100,1%	500 456,67
UNICREDIT SPA 2,25% 12/16		200 000,00	100,65%	100,0%	199 994,00	100,7%	201 488,93
Subtotal	0	4 250 000,00			4 234 359,84		4 306 949,14
Total	0	6 250 000,00			6 232 084,09		6 352 280,44
Total	0	9 950 000,00			12 300 227,02		12 521 355,44
3 - TOTAL GERAL	0	11 650 000,00			14 007 998,02		14 270 425,98





08

DIVULGAÇÃO DAS POLÍTICAS
DE REMUNERAÇÃO

LOGO®

08. DIVULGAÇÃO DAS POLÍTICAS DE REMUNERAÇÃO

A presente divulgação engloba os seguintes 3 componentes:

- Política de remuneração dos membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização;
- Política de remuneração dos “Colaboradores com funções-chave”;
- Anexo I - Declaração de cumprimento, nos termos previstos no n.º 1 do Artigo 4º da Norma 5/2010.R, de 1 de abril, do Instituto de Seguros de Portugal.

Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização

1. Política de Remuneração

1.1. Processo de aprovação da política de remuneração

a) Aprovação

A política de remuneração dos órgãos sociais da LOGO é, nos termos previstos no Artigo 25º do Contrato de Sociedade, proposta pelo Conselho de Administração, sendo a mesma objeto de avaliação em sede de Assembleia Geral, aquando da sua realização.

b) Consultores externos

Na definição da política de remuneração aplicável aos membros dos órgãos sociais da LOGO não são utilizados os serviços de Consultores Externos.

1.2. Remuneração dos Membros da Mesa da Assembleia Geral

A Mesa da Assembleia Geral é, nos termos previstos no Artigo 16º do Contrato de Sociedade, constituída por um Presidente e um Secretário. Os respetivos membros são remunerados através do pagamento de um valor fixo por Assembleia Geral, na data da sua realização.

1.3. Remuneração dos Membros do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é, nos termos previstos no Artigo 27º do Contrato de Sociedade, constituído por três membros, dos quais um desempenha as funções de Presidente. Os respetivos membros são remunerados através do pagamento de um valor fixo mensal pago 12 vezes ao ano.

1.4. Remuneração do Revisor Oficial de Contas

O Revisor Oficial de Contas é remunerado de acordo com as condições definidas legalmente com base nos artigos 59º e 60º do DL n.º 487/99, de 16 de novembro, alterados pelo DL n.º 224/2008, de 20 de novembro.

Os honorários são propostos pelo Revisor Oficial de Contas e aprovados pelo Conselho de Administração, com o parecer do Conselho Fiscal.

1.5. Remuneração do Conselho de Administração

O Conselho de Administração é, em cumprimento do disposto no artigo 22º do Contrato de Sociedade, constituído por cinco membros, dos quais um é designado Presidente pela Assembleia Geral.

Todos os membros desempenham, no âmbito do Conselho de Administração, funções executivas.

a) Remuneração

Os membros do Conselho de Administração podem auferir uma remuneração fixa, paga catorze vezes ao ano, à qual pode ainda acrescer uma remuneração variável de acordo com os critérios e condições definidos na política de remuneração aprovada em Assembleia Geral.

Com exceção da atribuída ao seu Presidente, todos os membros do Conselho de Administração auferirão a mesma remuneração fixa. Apenas a parte variável poderá ser distinta.

Importa contudo salientar que, até à data, todos os membros do Conselho de Administração têm desempenhado funções não remuneradas ao serviço da LOGO.

b) Critérios de definição da componente variável, mecanismos de limitação e momento do seu pagamento

Os critérios e condições de atribuição de qualquer remuneração variável, quando existente, serão em tudo idênticos aos previstos para as restantes empresas do Grupo Tranquilidade, designadamente:

- A remuneração variável será referente ao desempenho de curto prazo;
- A remuneração variável será calculada no início de cada ano, em função do cumprimento dos principais objetivos constantes do Orçamento Anual do ano anterior, aprovado pelo Conselho de Administração, designadamente, o Resultado Líquido do Exercício, a Rentabilidade dos Capitais Próprios e o Rácio Combinado;
- O valor da remuneração variável será proporcional ao grau de cumprimento dos indicadores de gestão anteriormente referidos;
- O valor da remuneração variável a distribuir pelos membros dos órgãos sociais ficará sempre sujeito ao limite estatutário previsto no n.º 3 do Artigo 25º do Contrato de Sociedade, que será a partir deste ano fixado em 5% dos lucros líquidos do exercício.

A remuneração variável, quando existente, será paga nos termos e condições que vierem a ser definidos na Política de Remunerações em vigor, podendo o pagamento de uma parte da mesma ser diferido no tempo.

c) Critérios para avaliação de desempenho

A avaliação dos membros do Conselho de Administração assenta nos seguintes indicadores de gestão:

- Resultado líquido do exercício;
- Rentabilidade dos capitais próprios;
- Rácio combinado.

Sem prejuízo da análise dos indicadores acima referidos, no processo de avaliação será sempre tida em consideração a adequabilidade, quer dos capitais próprios da Companhia ao seu nível de risco, quer ainda da representação das provisões técnicas.

d) Sistema de prémios anuais e de outros benefícios não pecuniários

Para além da possibilidade de existir uma remuneração fixa e variável nos termos descritos na presente política de remunerações, não existem outras formas de remuneração dos membros do Conselho de Administração da LOGO.

e) Remunerações pagas sob a forma de participação nos lucros e/ ou de pagamento de prémios e os motivos por que tais prémios e/ ou participação nos lucros foram concedidos

Para além da possibilidade de existir uma remuneração fixa e variável nos termos descritos na presente política de remunerações, não existem outras formas de remuneração dos membros do Conselho de Administração da LOGO.

f) Indemnizações pagas ou devidas a ex-membros executivos do Órgão de Administração relativamente à cessação das suas funções durante o exercício

Não foram pagas nem são devidas quaisquer indemnizações a antigos membros do Conselho de Administração da LOGO relacionadas com a cessação das suas funções.

g) Limitações contratuais previstas para a compensação a pagar por destituição sem justa causa do Administrador e sua relação com a componente variável da remuneração

Não existem quaisquer acordos que fixem montantes a pagar a membros do Conselho de Administração da LOGO, em caso de destituição sem justa causa.

h) Estimativa do valor dos benefícios não pecuniários relevantes considerados como remuneração não abrangidos nas situações anteriores.

Não são atribuídos aos membros do Conselho de Administração da LOGO quaisquer benefícios não pecuniários de relevo.

2. Regime Complementar de Pensões ou de Reforma Antecipada

Os Administradores da Seguros LOGO, em virtude de desempenharem idêntico cargo na Companhia de Seguros Tranquilidade são beneficiários de um fundo de pensões denominado “Fundo de Pensões dos Administradores da Tranquilidade” gerido pela ESAF – Espírito Santo Fundos de pensões, S.A., cujo regulamento foi objeto de avaliação e aprovação em sede de Assembleia Geral da Companhia de Seguros Tranquilidade S.A., realizada em 1 de novembro de 2013.

As principais características do referido fundo de pensões encontram-se descritas na Política de Remunerações dos Órgãos Sociais da Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A..

3. Pagamentos Relativos à Destituição ou Cessação por Acordo de Funções de Administradores

Não existem quaisquer pagamentos previstos em caso de destituição de Administradores e qualquer cessação por acordo carece, no que respeita aos montantes envolvidos, de ser previamente aprovada em Assembleia Geral.

4. Quadro de Remunerações Pagas aos Membros dos Órgãos Sociais da LOGO durante o ano de 2013

(milhares de euros)

	LOGO		
	Fixa	Variável	Total
Conselho de Administração			0,0
Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha (Pres.)	-	-	0,0
Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso	-	-	0,0
António Miguel Natário Rio-Tinto	-	-	0,0
Miguel Maria Pitté Reis da Silveira Moreno	-	-	0,0
Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente	-	-	0,0
Conselho Fiscal			19,7
Pedro Miguel Vicente Roseta Fino (Pres. em funções)	2,1	-	2,1
António Ricardo Espírito Santo Bustorff (Pres. cessante)	5,6	-	5,6
João Faria Rodrigues	6,0	-	6,0
Maria Madalena França e Silva Quintanilha Mantas Moura	6,0	-	6,0
Total Remunerações	19,7	0,0	19,7

Conforme definido na alínea a) do ponto 1.5 da presente Política de Remuneração dos Órgãos Sociais, aos membros do Conselho de Administração não foram pagas, no ano 2013, quaisquer remunerações pelo exercício das respetivas funções.

Política de Remuneração dos “Colaboradores com Funções-Chave”

1. Âmbito de Aplicação da Política de Remuneração

Nos termos previstos na Norma n.º 5/2010, de 1 de abril, do Instituto de Seguros de Portugal, a presente Política de Remunerações aplica-se não só:

- a) Aos Colaboradores que desempenham funções-chave, entendendo-se como tal todos aqueles que exercem cargos de chefia no âmbito dos sistemas de gestão de riscos e controlo interno (Diretor Coordenador, Diretor-adjunto, Diretor de Serviço ou Responsável de Gabinete das Direções de Risco Global e Controlo Interno e Direção de Auditoria), mas também;
- b) Aos Colaboradores que exercem cargos de chefia no âmbito da função atuarial, bem como ao Atuário Responsável, conforme referido na recomendação prevista no ponto V.9 da Circular n.º 6/2010, de 1 de abril, do Instituto de Seguros de Portugal;
- c) A todos os Colaboradores com cargos de chefia de 1º nível (Diretores de Topo) e Assessores do Órgão de Administração,

independentemente da área em que exerçam atividade, por se entender que – à margem dos titulares dos órgãos sociais - estes profissionais representam, no caso concreto da LOGO, os Colaboradores cujo desempenho têm um impacto material sobre o perfil de risco da Companhia.

Para efeitos da presente política de remuneração, o conjunto dos Colaboradores acima considerados será no presente documento designado genericamente por “Colaboradores com Funções-Chave”.

2. Processo de Aprovação da Política de Remuneração

a) Aprovação

A política de remuneração dos “Colaboradores com Funções-Chave” é avaliada e aprovada pelo Conselho de Administração, mediante proposta apresentada pelo Administrador responsável pelo pelouro dos Recursos Humanos.

Na elaboração da proposta de política de remuneração participam ativamente diversos quadros das principais Direções da Companhia, em particular da Direção de Pessoal, sendo a mesma também avaliada pela Direção de Risco Global e Controlo Interno com vista a apurar o seu eventual impacto ao nível da gestão de riscos e capital necessário.

A concreta fixação da remuneração é, por fim, aprovada pelo Conselho de Administração.

b) Mandato do Conselho de Administração

Nos termos da Lei e dos Estatutos, a fixação da remuneração dos “Colaboradores com Funções-Chave” da LOGO incumbe ao Conselho de Administração, no âmbito da gestão da sua política de pessoal e da política de incentivos, tendo em vista a prossecução dos objetivos estratégicos da Companhia.

c) Composição do Conselho de Administração

Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha – Presidente
Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso
António Miguel Natário Rio Tinto
Miguel Maria Pitté Reis da Silveira Moreno
Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente

d) Consultores externos

Na definição da política de remuneração aplicável aos “Colaboradores com Funções-Chave” da LOGO não foram utilizados os serviços de Consultores Externos.

3. Remuneração

a) Composição da remunerações

A remuneração comporta uma parte fixa e uma parte variável.

A política de remuneração global da Companhia é anualmente revista pelo Conselho de Administração, até ao final de maio.

Em consequência, a remuneração fixa é revista todos os anos de acordo com os resultados da Companhia, indicadores como a taxa de inflação e a taxa de aumento do CCT para a atividade seguradora, sendo igualmente definida uma componente variável, até finais de maio de cada ano, com base na avaliação do desempenho do exercício anterior.

b) Limites da remuneração

A parte fixa terá os limites que forem fixados pelo Conselho de Administração e representará, em média na Companhia, aproximadamente 85% da Remuneração Total Anual.

Em termos individuais, o peso da remuneração variável a considerar para cada ano não deverá exceder os 30% do valor total da remuneração.

A parte fixa é composta pelo vencimento base e por alguns complementos que são atribuídos a todos os Colaboradores da Companhia, como diuturnidades ou outros subsídios.

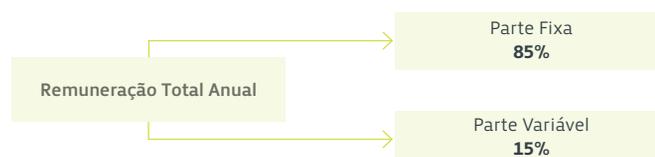
c) Equilíbrio na remuneração

A parte fixa representa, em média para o conjunto dos Colaboradores da Companhia, cerca de 85% do total da remuneração, sendo os restantes 15% atribuídos como parte variável.

Tal situação adequa-se às recomendações constantes da Circular n.º 6/2010, de 1 de abril, do Instituto de Seguros de Portugal, que favorecem uma percentagem elevada da componente remuneratória fixa em relação à componente variável da remuneração.

O montante exato da parte variável oscilará, em cada ano, em função do grau de cumprimento dos principais objetivos anuais, individuais (quantitativos e qualitativos) e do coletivo da respetiva unidade em que o Colaborador se integra, de acordo com o modelo de avaliação de desempenho da Tranquilidade, tal como aprovado pelo Conselho de Administração.

d) Critérios de definição da componente variável e momento do seu pagamento



A Remuneração Variável Anual (RVA) é referente ao desempenho de Curto Prazo e terá, em média, um peso de aproximadamente 15% na Remuneração Total Anual.

A RVA máxima será calculada no início de cada ano pelo Conselho de Administração, determinado com base no Sistema de Objetivos e Incentivos (SOI) associado à Direção/ área na qual o Colaborador se insere, em função do grau de cumprimento dos principais objetivos, aprovado pelo Conselho de Administração, aferidos pela Avaliação de Desenvolvimento.

Tendo presente as características inerentes à estrutura de remuneração em vigor, os valores máximos considerados e os níveis de tolerância ao risco definidos, não foi considerado necessário proceder ao diferimento de uma parte da RVA, sendo a mesma paga de uma só vez em numerário e na sua totalidade após a aprovação das contas do exercício do ano em questão.

De igual modo, tendo presente o facto de a empresa possuir um Acionista único e os seus títulos não serem cotados em mercados regulamentados, a possibilidade de uma parte da RVA consistir na atribuição de opções sobre ações da Empresa não foi considerada na presente política de remuneração, não tendo sido consequentemente definidos quaisquer planos de atribuições de ações ou de opções de aquisição de ações da Tranquilidade ou de qualquer outra empresa do Grupo.

e) Critérios para a avaliação de desempenho

A avaliação dos Colaboradores abrangidos pela presente Política de Remuneração assenta nas variáveis a seguir enunciadas:

i. Variáveis tidas em consideração na avaliação dos “Colaboradores com Funções-Chave” pertencentes às áreas comerciais:

- Orientação para os resultados com uma gestão cuidada do risco;
- Espírito de equipa;
- Visão estratégica;
- Planeamento, organização e controlo;
- Orientação para o cliente;
- Capacidade de negociação;
- Conhecimento dos produtos e serviços.

ii. Variáveis tidas em consideração na avaliação dos “Colaboradores com Funções-Chave” pertencentes às áreas centrais:

- Orientação para os resultados com uma gestão cuidada do risco;
- Espírito de equipa;
- Visão estratégica;
- Planeamento, organização e controlo.

4. Outros benefícios atribuídos aos “Colaboradores com Funções-Chave”

Para além da remuneração fixa e variável descritas na presente política de remuneração, os “Colaboradores com Funções-Chave” auferem os seguintes benefícios:

- a) Seguro de Saúde, de acordo com o definido no CCT para o setor segurador e no normativo interno;
- b) Seguro de Vida, de acordo com o definido no CCT para o setor segurador;
- c) Constituição de planos individuais complementares de reforma conforme definido no CCT para o setor segurador.

5. Ampliação do âmbito de aplicação da presente Política de Remuneração

Salvo mediante decisão em sentido oposto aprovada em sede de Conselho de Administração, a presente Política de Remuneração será igualmente aplicável em relação aos restantes Colaboradores da Companhia da LOGO, não considerados nos critérios definidos no ponto 1 infra (Âmbito de aplicação da Política de Remuneração).

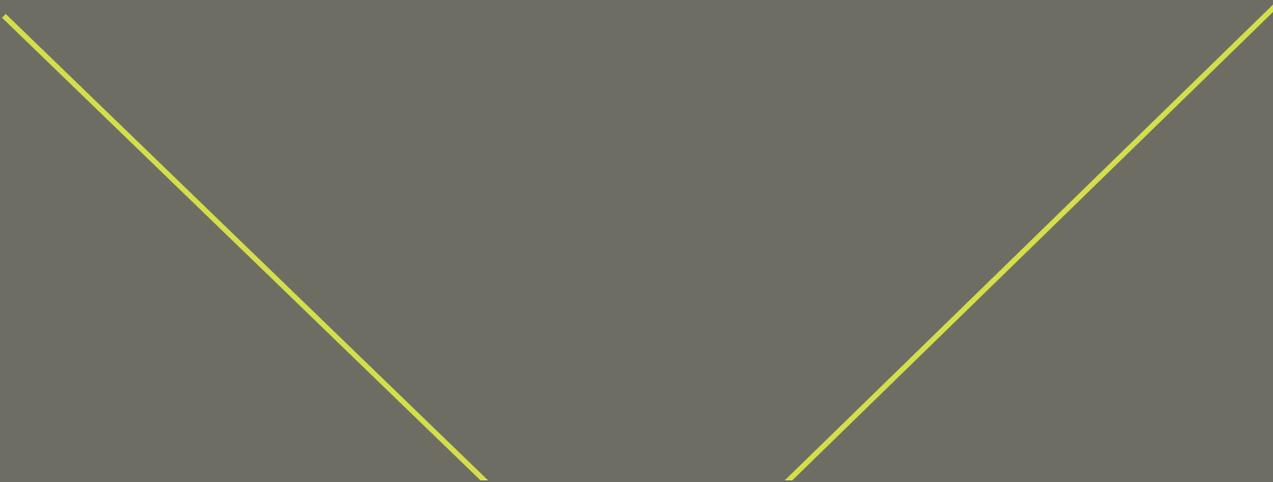
Anexo I – Declaração de Cumprimento (nº. 1 do Artigo 4º da Norma 5/2010-R, de 1 de abril, do Instituto de Seguros de Portugal)

Indicação discriminada das recomendações adotadas e não adotadas contidas na Circular nº 6/2010, de 1 de abril, do Instituto de Seguros de Portugal.

Recomendação	Cumpre	Não Cumpre	Observações
I. Princípios Gerais			
I.1 Adoção de uma política de remuneração consistente com a gestão e controlo de riscos eficaz que evite uma excessiva exposição ao risco, que evite potenciais conflitos de interesses e que seja coerente com os objetivos, valores e interesses a longo prazo da instituição, designadamente com as perspetivas de crescimento, rentabilidade e proteção dos clientes;	✓		
I.2 Adequação da PR à dimensão, natureza e complexidade da atividade desenvolvida, em especial, no que se refere aos riscos assumidos ou a assumir;	✓		
I.3 Adoção de uma estrutura clara, transparente e adequada relativamente à definição, implementação e monitorização da PR, que identifique de forma objetiva, os colaboradores envolvidos no processo, bem como as respetivas responsabilidades e competências.	✓		
II. Aprovação da Política de Remunerações			
II.1 Aprovação da PR por parte de uma Comissão de Remuneração ou no caso da sua existência não ser exequível ou não se justificar (dimensão, natureza ou complexidade da instituição) pela Assembleia Geral;	✓		
II.2 Aprovação pelo Conselho de Administração da PR aplicável aos colaboradores;	✓		
II.3 Participação na definição da PR de pessoas com independência funcional e capacidade técnica adequada, de modo a evitar conflitos de interesse e permitir a formação de um juízo de valor independente;	✓		
II.4 A PR deve ser transparente e acessível a todos os colaboradores da instituição; A PR deve ainda ser objeto de formalização em documento autónomo, devidamente atualizado, com indicação das alterações introduzidas e respetiva justificação e mantido um arquivo das versões anteriores;	✓		
II.5 Divulgação aos colaboradores, previamente ao período de tempo abrangido pela sua aplicação, do processo de avaliação;	✓		
III. Comissão de Remuneração (CR)			
III.1 A CR, caso exista, deve efetuar uma revisão, com periodicidade anual da PR e da sua implementação, de forma a permitir um juízo de valor fundamentado e independente sobre a PR, à luz das recomendações (Circular 6/2010), em especial sobre o respetivo efeito na gestão de riscos e de capital da instituição;			
III.2 Os membros da CR devem ser independentes em relação aos membros do Órgão de Administração e cumprir com requisitos de idoneidade e qualificação profissional adequados ao exercício das suas funções;			
III.3 Caso a CR recorra à prestação de serviços externos (consultores) não deve contratar pessoa singular ou coletiva que preste ou tenha prestado, nos 3 anos anteriores, serviços a qualquer estrutura na dependência do Órgão de Administração, ao próprio Órgão de Administração ou que tenha relação atual com consultora da instituição, sendo esta recomendação igualmente aplicável a qualquer pessoa singular ou coletiva que com aqueles se encontre relacionada por contrato de trabalho ou prestação de serviço;			Não aplicáveis.
III.4 A CR deve informar anualmente os acionistas sobre o exercício das suas funções e deve estar presente nas AG em que a Política de Remuneração conste da ordem dos trabalhos;			
III.5 A CR deve reunir com uma periodicidade mínima anual, devendo elaborar atas de todas as reuniões efetuadas.			
IV. Órgão de Administração – Membros com Funções Executivas			
IV.1 A remuneração deve integrar uma componente variável, cuja determinação dependa de uma avaliação de desempenho, de acordo com critérios mensuráveis predeterminados, incluindo critérios não financeiros, que considerem: desempenho individual, real crescimento da instituição, riqueza efetivamente criada, proteção dos interesses dos Clientes, sustentabilidade a longo prazo, riscos assumidos e cumprimento das regras aplicáveis à atividade;			Não aplicáveis.
IV.2 Adequação da componente fixa e variável, devendo a fixa representar uma proporção suficientemente elevada da remuneração total. A componente variável deve estar sujeita a um limite máximo.			(Os membros do Órgão de Administração não auferem remunerações pelo exercício das suas funções).
IV.3 Pagamento de uma parte substancial da parte variável em instrumentos financeiros emitidos pela instituição cuja valorização dependa do desempenho de médio e longo prazo.			

Recomendação	Cumpr	Não Cumpr	Observações
IV. Órgão de Administração – Membros com Funções Executivas (continuação)			
IV.4			
IV.5			
IV.6			Não aplicáveis. (Os membros do Órgão de Administração não auferem remunerações pelo exercício das suas funções).
IV.7			
IV.8			
IV.9			
IV. Órgão de Administração – Membros Não Executivos			
IV.10			Não aplicável. (Os membros do Órgão de Administração não auferem remunerações pelo exercício das suas funções).
IV. Órgão de Administração – Indemnizações em Caso de Destituição			
IV.11	✓		
V. Remuneração dos Colaboradores – Relação entre a Remuneração Fixa e Variável			
V.1	✓		
V.2		✗	Não aplicável tendo em conta a estrutura acionista da Seguros LOGO, bem como o facto dos seus títulos não se encontrarem cotados em mercados regulamentados.
V. Remuneração dos Colaboradores – Critérios de Atribuição da Remuneração Variável			
V.3	✓		
V.4		✗	Os critérios utilizados são predeterminados e mensuráveis. Não são relativos a um quadro plurianual por se entender que esta componente tem um baixo peso no valor global e diz respeito ao cumprimento ou não dos objetivos anuais.
V.5	✓		
V. Remuneração dos Colaboradores (Funções-Chave) – Diferimento da Remuneração Variável			
V.6		✗	O baixo peso desta componente não justifica o seu diferimento.
V.7		✗	Não aplicável face ao disposto no ponto anterior.

Recomendação	Cumpre	Não Cumpre	Observações
V. Remuneração dos Colaboradores – Colaboradores que Exerçam Funções-Chave			
V.8	Os colaboradores envolvidos na realização das tarefas associadas às funções-chave devem ser remunerados em função da prossecução dos objetivos associados às respetivas funções, independentemente do desempenho das áreas sob o seu controlo, devendo a remuneração proporcionar uma recompensa adequada à relevância do exercício das suas funções.	✓	
V.9	Em particular, a função atuarial e o atuário responsável devem ser remunerados de forma consentânea com o seu papel na instituição e não em relação ao desempenho desta.	✓	
VI. Avaliação da Política de Remuneração			
VI.1	A política de remuneração deve ser submetida a uma avaliação interna independente, com uma periodicidade mínima anual, executada pelas funções-chave da instituição, em articulação entre si.	✓	
VI.2	A avaliação prevista no número anterior deve incluir, designadamente, uma análise da política de remuneração da instituição e da sua implementação, à luz das recomendações da presente Circular, em especial sobre o respetivo efeito na gestão de riscos e de capital da instituição.	✓	
VI.3	As funções-chave devem apresentar ao órgão de administração e à AG ou, caso exista, à comissão de remuneração, um relatório com os resultados da análise a que se refere o número VI.1., que, designadamente, identifique as medidas necessárias para corrigir eventuais insuficiências à luz das presentes recomendações.	✓	
VII. Grupos Financeiros			
VII.1	A empresa-mãe de um grupo segurador ou conglomerado financeiro sujeito à supervisão do ISP com base na sua situação em base consolidada deve assegurar que todas as suas filiais, incluindo as filiais no estrangeiro, implementem políticas de remuneração consistentes entre si, tendo por referência as presentes recomendações.		
VII.2	A adoção das presentes recomendações deve ser assegurada para o total das remunerações pagas a cada colaborador pelo conjunto das instituições que integrem o mesmo grupo segurador ou conglomerado financeiro.		Não aplicável no caso específico da Seguros LOGO. Estas recomendações são avaliadas relativamente à Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A.
VII.3	As funções-chave da empresa-mãe devem efetuar, em articulação entre si, com uma periodicidade mínima anual, uma avaliação das práticas remuneratórias das filiais no exterior à luz das recomendações da presente Circular, em especial sobre o respetivo efeito na gestão de riscos e de capital da instituição.		
VII.4	As funções-chave devem apresentar ao órgão de administração da empresa-mãe e à assembleia-geral ou, caso exista, à comissão de remuneração, um relatório com os resultados da avaliação a que se refere o número anterior, que, designadamente, identifique as medidas necessárias para corrigir eventuais insuficiências à luz das presentes recomendações.		



09

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO
E PARECER DO CONSELHO FISCAL



LOGO[®]

09. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

JOSÉ MANUEL MACEDO PEREIRA
Revisor Oficial de Contas N.º 312

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinei as demonstrações financeiras da **SEGUROS LOGO, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2013 (que evidencia um total de 26.532 milhares de euros e um total de capital próprio de 5.603 milhares de euros, incluindo um resultado líquido negativo de 2.481 milhares de euros), a Demonstração de Ganhos e Perdas, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, o Mapa de Variação de Capitais Próprios do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo. Estas demonstrações foram preparadas em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para o sector segurador em Portugal.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A minha responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no meu exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedi foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - ♦ a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - ♦ a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - ♦ a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - ♦ a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O meu exame abrangeu também a verificação da concordância do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

JOSÉ MANUEL MACEDO PEREIRA
Revisor Oficial de Contas N.º 312

6. Entendo que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da minha opinião.

OPINIÃO

7. Em minha opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **SEGUROS LOGO, S.A** em 31 de Dezembro de 2013, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para o sector segurador em Portugal.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também meu parecer que o relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras.

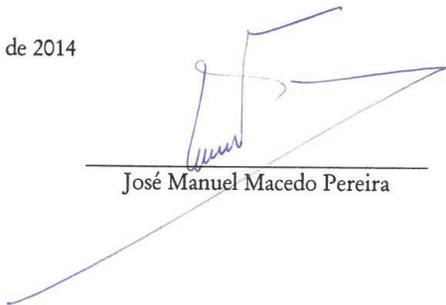
ÊNFASE

9. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo n.º 7, chamo a atenção para a situação seguinte:

- ♦ Tal como referido no ponto 2.4.8 (Capital Próprio e Margem de Solvência) do Relatório do Conselho de Administração, o capital próprio da Companhia não cumpre os requisitos mínimos exigidos pelo artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais.

Não obstante, a Companhia apresenta uma taxa de cobertura da Margem de Solvência de 112,9% (103,5% em 2012) face ao exigido pelas disposições regulamentares para o exercício da actividade seguradora.

Lisboa, 17 de Março de 2014



José Manuel Macedo Pereira



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Exmo. Acionista da
SEGUROS LOGO, S.A.,

No cumprimento das disposições legais e do contrato de sociedade, cumpre-nos submeter à vossa apreciação o Relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida pelo Conselho Fiscal, bem como o nosso Parecer sobre o Relatório, as Contas e a proposta de aplicação de resultados que o Conselho de Administração da **SEGUROS LOGO, S.A.**, apresentou relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e, ainda, a nossa apreciação sobre a respetiva Certificação Legal das Contas que o Revisor Oficial de Contas da Companhia emitiu oportunamente.

Ao longo do exercício de 2013, o Conselho Fiscal acompanhou com regularidade a atividade da Companhia e a sua gestão, tanto através da análise dos documentos de informação de gestão e contabilística que nos foram regularmente disponibilizados, como dos esclarecimentos complementares que solicitámos à Administração e aos Serviços da Companhia a quem cabe a responsabilidade operacional, de quem obtivemos sempre toda a colaboração solicitada, e ainda através das ações de verificação que considerámos necessárias para o cumprimento das nossas obrigações legais e estatutárias.

O Grupo Tranquilidade, no qual a LOGO se insere, prosseguiu no decorrer do ano 2013 com o trabalho de adaptação ao novo regime de Solvência II, o qual irá implicar alterações substanciais no negócio de seguros. Em matéria de Solvência II foi, ainda, efetuado o acompanhamento e monitorização das ações previstas no plano de implementação do respetivo programa (*Roadmap*) previamente definido.



No exercício de 2013 realce, ainda, para o reforço dos fundos próprios através do aumento de Prestações Acessórias realizadas pelo acionista único, no montante de 2.250 milhares de euros. No entanto, é de referir que, os atuais níveis de capital da sociedade não dão cumprimento aos requisitos mínimos exigidos pelo Artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais, não obstante o nível de capital exigido para o exercício da atividade seguradora se encontrar ultrapassado, conforme evidenciado pelo rácio de solvência (102,7% em 2010, 105,5% em 2011 e 103,5% em 2012 e 112,9% em 2013).

Como nos compete, acompanhámos também (i) a verificação dos registos contabilísticos e dos correspondentes documentos de suporte e (ii) a apreciação das políticas contabilísticas e dos critérios valorimétricos adotados pela Companhia, funções estas realizadas em colaboração com o Senhor Dr. José Manuel Macedo Pereira, Revisor Oficial de Contas, designado pela Assembleia Geral para proceder ao exame e certificação legal das contas da Companhia.

Após o final do exercício de 2013 procedemos à apreciação do respetivo Relatório e Contas que o Conselho de Administração oportunamente preparou e nos apresentou, tendo constatado que o mesmo obedece às disposições legais e estatutárias aplicáveis e refere os aspetos mais relevantes que caracterizaram a atividade da Companhia durante o ano findo em 31 de dezembro de 2013.

Oportunamente, e nos termos do n.º 1 do artigo 452º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho Fiscal apreciou, ainda, a Certificação Legal das Contas do exercício de 2013, datada de 17 de março de 2014, emitida sem reservas pelo referido Revisor Oficial de Contas e com a qual concordamos.

Como resultado das ações de fiscalização exercidas e acima resumidas, e em consonância com as respetivas conclusões, somos de Parecer que a Assembleia Geral da **SEGUROS LOGO, S.A.** aprove:

- a) O Relatório de Gestão, aprovado em 24 de fevereiro de 2014, e os restantes documentos de prestação de contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentados pelo Conselho de Administração;
- b) A proposta do Conselho de Administração para aplicação dos resultados líquidos negativos do exercício de 2013, no montante de 2.481.470,25 euros, nos termos constantes do ponto 2.5 do Relatório de Gestão, acima referido.

Lisboa, 21 de março de 2014

O Conselho Fiscal



Pedro Miguel Vicente Roseta Fino – Presidente



João de Faria Rodrigues – Vogal



Maria Madalena França e Silva Quintanilha Mantas Moura – Vogal

LOGO[®]

www.logo.pt